



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 379 - DE 22 DE AGOSTO A 06 DE SETEMBRO DE 2009 - R\$ 3,00



Lula e o PT salvam Sarney e inocentam PMDB e PSDB

As instituições da burguesia (CPIs, Conselho de ética, parlamento, justiça) não julgarão nem punirão os crimes da própria burguesia

Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia corrupta!

**A política pequeno burguesa radical de Câmara Única (PSTU)
põe as massas a reboque das frações burguesas em disputa**

Congresso da CUT burocratizada e governista

**Política externa de Barak Obama:
a América para os Estados Unidos**



**Colômbia de joelhos diante do imperialismo.
Governos nacionalistas mostram impotência**

Bolívia: o poder da direita está intacto

PT em crise

Lula apoiou Sarney. Não importa o que tenha feito. O governo depende do PMDB, que é comandado por Sarney. A aliança do PT com o PMDB para conquistar o segundo mandato a Lula o tornou refém da política burguesa-oligárquica. A governabilidade depende do Senado e da Câmara Federal. O PMDB é a coluna vertebral da base aliada governista. Assim, o governo Lula ficou nas mãos da oligarquia peemedebista.

O escândalo dos decretos secretos, logo após Sarney ter sido eleito em disputa com Tião Viana do PT, serviu aos interesses do PSDB e do DEM. A oposição encontrou a oportunidade para desestabilizar a aliança do PMDB com o PT e assim atingir as pretensões de Lula de fazer seu sucessor nas eleições presidenciais de 2010. Lula dependeu do PMDB para se reeleger; Lula depende do PMDB para tornar viável a candidatura de Dilma Rousseff. É indiferente ao PT e Lula a avalanche de provas de corrupção que desabou sobre o presidente do Senado.

Os decretos secretos remontam à presidência do Senado da época do falecido Antônio Carlos Magalhães, do PFL, hoje denominado DEM. Motivo de defesa da camarilha peemedebista de que afinal a contravenção vem de longa data e que todos os partidos tinham ciência, portanto, por que jogar o excremento somente na cadeira de Sarney? Como um pagar por todos?

A solução para o empate seria revogar os atos secretos. Foi o que Sarney fez, ressaltando umas dezenas deles que protegiam interesses salariais dos senadores. Mas a oposição não podia aceitar esta conclusão, mesmo sabendo que Sarney estava certo na resposta de que todos eram responsáveis pelas fraudes, e perder a oportunidade de golpear a aliança PT/PMDB.

Primeiro, a “tropa de choque de Sarney” deu o aviso de que não havia inocente e que ninguém poderia ser acusador, sem ser também acusado. Mas o processo estava avançado e não havia como a oposição recuar, principalmente com novas revelações sendo vazadas pela imprensa, manteve-se então a bandeira de afastamento ou renúncia de Sarney.

Segundo, a “tropa de choque de Sarney”, encabeçada pelo ex-presidente do Senado Renan Calheiros, famoso corrupto que se salvou da cassação por um acordo político com a oposição, tomou a iniciativa de dar uma prova de que todos eram direta ou indiretamente corruptos. Apresentou uma denúncia contra o líder do PSDB no Senado e chefe da tropa de choque da oposição. O homem havia pago salário para um protegido que estagiava na Europa.

Estava dado o sinal de que muitos outros poderiam ter seus nomes envolvidos. O PSDB não cedeu em sua investida para que a Comissão de Ética aprovasse as representações apresentadas em nome de Virgílio. Resposta de Calheiros: entregou uma representação contra Virgílio. Em seguida, levantou-se nova denúncia: o presidente do PSDB, Sérgio Guerra, havia passeado com a filha nos EUA com dinheiro público. Fernando Henrique Cardoso interveio para que o PSDB reduzisse os ataques a Sarney. Os tucanos sabiam que Renan soltou apenas algumas informações e que poderia bombardear o PSDB.

Toda a cúpula do PMDB estava unida na defesa do patriarcado. O DEM não tomou a frente do processo e seguiu o PSDB. Por quê? Porque está comprometido com os decretos secretos. Não pode defender Sarney, nem atacá-lo de frente. Reforça na



Lula e Dilma com Sarney: o PT foi sendo espremido até ajudar a salvar o oligarca

retaguarda a linha do PSDB, que tem uma candidatura segura para 2010.

No final das contas, a Comissão de Ética, formada pela maioria da base governista, recebeu várias representações contra Sarney e uma contra Virgílio. Estava montado o jogo de pressões. As quadrilhas no Senado passaram do ataque à negociação. Bastava apenas o PT jogar no lixo a ética enverganhada do líder da bancada petista, Aloísio Mercadante.

A direção nacional do PT, na figura de Ricardo Berzoini, inicialmente estava pelo afastamento de Sarney. O que reforçava a vergonha moral de parte dos petistas de apoiar o corrupto, preocupados com seus eleitores que se deixaram levar pela lábia da ética na política, cidadania, democracia etc. Mas depois de tantos escândalos envolvendo o PT e seu governo não havia motivo para velhos pruridos pequeno-burgueses. Lula deu a ordem: o PT deve estar do lado de Sarney doa a quem doer.

Lula não se limitou à defesa pragmática da aliança com o PMDB, avançou na defesa da biografia política de Sarney. Assinou em baixo da jogatina e das falcatruas. Que mais poderiam fazer os petistas que no passado se desdobraram em compromissos com a moral e a ética na política burguesa? Nada! Lula é o cacique, sem o qual o PT perderá a pompa e apeará do poder “sem pena nem glória”.

Berzoini foi “convencido” a mudar de posição. Em nome de toda executiva nacional, exigiu que os petistas se alinhassem aos peemedebistas na Comissão de Ética. Os três votos do PT – João Pedro, Ideli Salvati e Delcídio Amaral – salvaram o presidente do Senado de abertura de processo de quebra de decoro parlamentar, por 11 denúncias de impropriedade. Ao mesmo tempo, os petistas ajudaram a passar uma borracha na representação contra o líder do PSDB, Arthur Virgílio. Estava empatado. O tremendo barulho terminava em farsa.

Aloísio Mercadante havia ameaçado renunciar ao cargo de líder caso o PT não se posicionasse pela abertura de pelo menos um processo contra Sarney. Quem se importou com a ameaça? Lula manteve a ordem, Berzoini a transmitiu, a bancada petista acatou, os três votaram com Sarney/Renan e Mercadante não renunciou. Voltou atrás, emitiu uma nota de renúncia. Os descontentes que se vão. É o caso do senador Flávio Arns e da senadora Marina Silva. A senadora se distingue pelo fato de pleitear a candidatura para a presidência da República pelo PV, que diante da guerra de quadrilhas no Senado está bem

quietinho. Faz parte do PV Sarney Filho, líder na Câmara Federal da bancada.

A decomposição do PT e de Lula chegou ao ponto máximo. Certamente, há muito quebraram limites de sua política pró-capitalista para garantirem a governabilidade e penetrarem a máquina do Estado. Que o PT está podre e joga um papel reacionário não há dúvida, a não ser pelos comprometidos com sua política. Interessa entender o fenômeno, uma vez que o PT surgiu como possibilidade de um partido distinto dos velhos partidos burgueses.

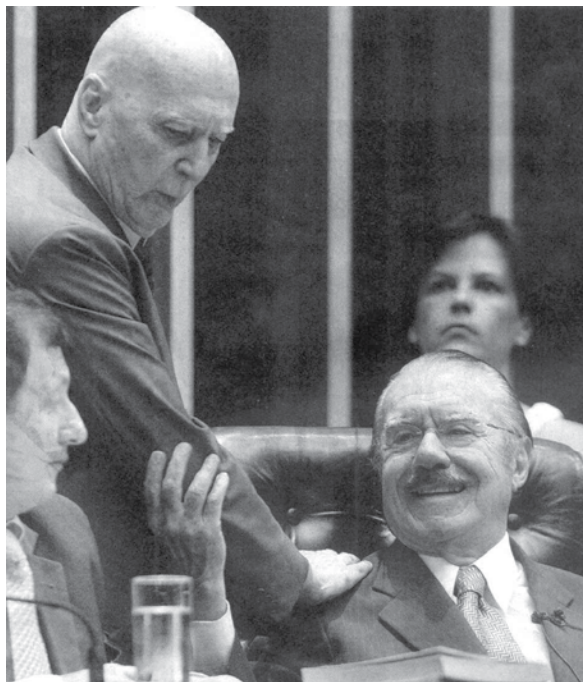
Em suas teses iniciais, pretendia-se conquistar pela via eleitoral um “governo democrático e popular”, por meio de uma aliança no “campo democrático e popular”, cujo objetivo estratégico era democratizar o Estado, marginalizar a oligarquia, limpar a corrupção e realizar reformas “democrático-populares”. Tendo à frente o caudilho das greves metalúrgicas do ABC, o PT convenceu os explorados de que havia chegado a sua vez, bastaria saber votar, confiar na nova política nascida dos anseios da maioria explorada.

O PT emergiu no seio de uma enorme crise dos partidos da burguesia e de governabilidade. Foi elevado ao poder pelo voto popular, embalado pelas ilusões democráticas dos pobres, e logo revelou subserviência à oligarquia que comanda o Estado. A “aliança democrática e popular” não passou de acordo com o PMDB, representante de frações oligárquicas, do direitista PP e de partidos carreiristas com PSB, PDT etc. O “governo democrático e popular” se constitui como governo das multinacionais e do grande capital nacional, bem com dos latifundiários. As “reformas democrático e populares” não foram além do assistencialismo do programa “Bolsa Família”, do apoio aos empresários da educação por meio do “PróUni”, do sistema de cotas raciais etc. A promessa de assentar os sem-terra ficou no discurso.

O PT, seu governo e sua aliança serviçal com o PMDB demonstram a impossibilidade de se reformar o Estado e potencializar a democracia parlamentar que servia em alguma medida aos interesses dos explorados. Lula e seu partido, montados sobre a burocracia sindical da CUT, colocaram-se a missão de salvar o capitalismo da crise estrutural e de administrar os interesses da classe capitalista, pretensamente compatíveis com os explorados. Para isso se venderam da cabeça aos pés. Ao se ajoelharem diante do reacionário e bandido José Sarney, o PT conclui sua rota de ingresso no âmago da política burguesa.

Convocar um Tribunal Popular

A crise política se desenvolve no alto do Estado. Está distante da vida das massas. O que indica o quanto a política burguesa está afastada das bases da sociedade. Os politiqueiros roubam a vontade e se digladiam sem que os explorados prestem



Conselho de Ética: Salvação de Sarney

atenção. No momento das eleições, recorrerão aos oprimidos para que decidam nas urnas qual das quadrilhas deve dirigir o Estado. Escondem a política de classe e a raiz capitalista da decomposição material e moral. Enquanto as massas estiverem sob o domínio da classe burguesa, não haverá possibilidade de se erradicar a corrupção e a imoralidade.

Trata-se de um erro brutal da esquerda propor soluções no âmbito do Estado e da sua democracia. Como é o caso da bandeira de extinção do Senado e fortalecimento do legislativo por meio da Câmara única e do fora Sarney. Em torno da permanência ou não do presidente do Senado se dá a disputa interburguesa. Todo cuidado é pouco em não incentivar os explorados confundirem seu campo de classe com o da burguesia.

O Senado, a Câmara dos Deputados e os partidos têm a função exclusiva de gerenciar os interesses da classe capitalista e sobrevivem devido à dispersão da classe operária, carente de um partido revolucionário. É dever revolucionário denunciar perante as massas a bandidagem dos partidos e dos governos, com o objetivo de organizar a luta contra o Estado, a exploração e o capitalismo. Ao contrário de se defender uma forma renovada de funcionamento das instituições estatais, como faz o PSTU e Conlutas, há que mostrar ao proletariado a necessidade da revolução, da derrocada do Estado capitalista e da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

O caminho é o da mobilização independente e em oposição ao conjunto dos partidos patronais. Ou as massas abrem um caminho próprio de combate à política burguesa, ou a decomposição continuará a vigorar, sendo descarregada sobre os pobres e miseráveis. As CPIs, que as esquerdas já reivindicaram, mostraram-se ser um instrumento de disputa entre as quadrilhas. As comissões de ética do Senado e da Câmara são compostas pelos mesmos partidos que assaltam os cofres públicos. É preciso rechaçar esses recursos da democracia patronal e levantar os instrumentos da democracia proletária. No caso, trata-se do Tribunal Popular, formado por representantes dos explorados, para julgar os crimes da burguesia e de seus partidos.

Que os sindicatos, Conlutas, CUT e movimentos façam uma campanha pela constituição do Tribunal Popular. Não a fazem porque a maioria dos sindicatos e a CUT estão submetidos à política do PT, porque a Conlutas serve à política pequeno burguesa radical do PSTU e os movimentos organizados (MST etc) dependem do governo Lula. Ao contrário, o POR trabalha pela constituição do Tribunal Popular, da defesa da revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês.

Conlutas frente à crise do Senado

Em sua reunião de 25 e 26 de julho, a Coordenação Nacional da Conlutas aprovou uma resolução sobre a corrupção no Senado, cuja bandeira é: *“Fora Sarney, pelo fim do Senado e por uma Câmara Única”*. Chamam a atenção a superficialidade das explicações políticas e a fundamentação da bandeira. Logo no primeiro parágrafo, conceitua o escândalo de *“crise ética e de moralidade pública”*. No quarto parágrafo, refere-se à *“opinião pública que se entoja e enjoa com o comportamento corporativo dos senadores”*. Esvazia assim o conteúdo de classe da corrupção e da função da política burguesa. O que se passa no Senado com os atos secretos e a roubalheira é expressão da decomposição da burguesia parasitária e de seu regime político. Não há crise de ética nem de moralidade porque esses conceitos nunca se aplicaram nem se aplicarão às instituições do Estado burguês e dos homens que as encarnam.

A interpretação de que a *“opinião pública”* está enojada engloba setores da burguesia, da pequena burguesia, do operariado e dos explorados em geral. A expressão *“opinião pública”* é própria do legalismo e do eleitoralismo. O enojado e entojado significam reações individuais e passivas. De fato a passividade existe, a não ser nas esferas da política burguesa que tem colocado os partidos da ordem em conflito, bem como instituições como a imprensa burguesa.

A visão pequeno-burguesa da corrupção no seio da política patronal leva ao nojo e ao entojado. A ladroagem no Senado não é particular dessa instituição, é uma amostra do que se passa no Estado, na economia e na vida social da classe capitalista. O esgotamento do capitalismo e seu declínio potenciou o parasitismo da burguesia e de suas representações. A luta revolucionária deve despertar o ódio nas massas exploradas contra seus exploradores. O que quer dizer se contrapor e não se adaptar ao nojo e entojado pequeno-burguês. Os bandidos que dirigem o Estado impõem um salário mínimo de fome, uma reforma da previdência antipopular etc. e estão com as mãos livres para roubar.

A resolução da Conlutas não inspira ódio dos explorados aos exploradores. A bandeira de *“Fora Sarney, pelo fim do Senado e por uma Câmara Única”* se en-

quadra como solução burguesa e não revolucionária. Não por acaso, o senador Cristovam Buarque, do PDT, referiu-se ao Senado como uma instância que perdeu a função e pediu a saída de Sarney de sua presidência. Deputados do PT se arvoraram a anunciar a extinção do Senado, mas logo recolheram sua bandeira. A Conlutas a assume e a transforma em resolução. Diz: *“O Senado não tem nenhuma função que justifique a sua existência, ainda que não nos iludamos com o papel da Câmara dos Deputados que atua quase sempre em defesa dos interesses da classe dominante, e também vive mergulhada em escândalos de corrupção”*.

O Senado tem sim função, a de promover a política burguesa. Tem a mesma função que a Câmara de Deputados. A distinção feita pelos redatores da resolução desconhece o conteúdo de classe do Estado e do funcionamento de suas esferas. Que função o Senado deveria ter para justificar sua existência? A Conlutas deve responder a essa pergunta. E qual é a função da Câmara de Deputados para ser mantida? Ou ser transformada em unicameral? Aqui, a Conlutas responde com um *“quase”*. Se o Senado não serve para nada, a Câmara de Deputados serve à burguesia em grande medida e em pequena medida aos explorados, aqui está o *“quase”*. A Conlutas falseia com a idéia de que a Câmara de Deputados *“atua quase sempre em defesa dos interesses da classe dominante”*. Afirmamos que a Câmara de Deputados atua **sempre** em defesa dos interesses da classe dominante. Dizer o contrário, significa ter ilusão na possibilidade do parlamento ser colocado a favor dos explorados.

O que a resolução está propondo frente à decomposição da política burguesa é uma reforma do Estado. No parágrafo seguinte a essa colocação (6º), justifica-se a bandeira pela *“presente correlação de força em nosso país”*. A Conlutas quer dizer que a tarefa possível do momento é reformar o Estado, dotando-o do regime parlamentar unicameral. Trata-se de uma posição reformista, que procura se ocultar por meio de uma avaliação conjuntural. Os argumentos chegam a inconsciência do que se está afirmando. Fundamenta a extinção do Senado e a adoção do sistema unicameral não só pelo falso argumento de não

ter função mas também por *“representar gastos desnecessários aos bolsos dos contribuintes brasileiros e desmandos e farra com dinheiro público”*.

Será que a Conlutas pensou no que aprovou? Não só o Senado representa gastos desnecessários e faz farra com o dinheiro público. A Câmara de Deputados representa gastos desnecessários e farreia. A Câmara unicameral não seria diferente. A explicação para argumentos fraudulentos só encontramos no *“quase”*. Como para a Conlutas a Câmara de Deputados tem razão de existência, os gastos são necessários. E quanto aos desmandos? Neste aspecto não há raciocínio possível.

Na realidade, a bandeira do fim do Senado e da adoção da Câmara Única não diz respeito à correlação de forças, mas sim a uma posição de reforma burguesa do Estado. O POR a rechaça, por ser estranha à política do proletariado. A podridão das instituições estatais deve servir para o partido desenvolver no seio das massas a estratégia da destruição do Estado capitalista por meio da revolução e ditadura proletárias. Dizemos aos trabalhadores: o que vocês estão vendo com os desmandos da camarilha Sarney é o que acontece em toda política patronal. É preciso varrer todos os partidos da burguesia, destruir seu Estado e constituir em seu lugar um Estado operário, estruturado sobre organizações democráticas criadas pelos explorados.

A Conlutas dirá: a conjuntura não permite, a correlação de forças é desfavorável.

Respondemos: a estratégia revolucionária deve ser desenvolvida diante da decomposição do Estado. Para isso, terá de expressar reivindicações que ajudem o proletariado a combater a burguesia e modificar a correlação de forças. Diante da crise, coloca-se a bandeira de um Tribunal Popular para julgar os crimes econômicos, políticos e sociais da burguesia e seus representantes. É por esse caminho que se podem levantar as reivindicações como salário mínimo vital, escala móvel de reajuste e das horas de trabalho, terra aos camponeses etc. A militância deve assumir uma posição marxista frente à crise do Estado burguês e rechaçar o reformismo velado da Conlutas

PSTU imprime a política pequeno-burguesa à Conlutas

A resolução de *Fora Sarney, fim do Senado e por uma Câmara Única* segue a orientação do PSTU. No Opinião Socialista nº 382, sob o título *Abaixo o Senado*, se diz: “É preciso exigir a imediata saída de Sarney do Senado. Porém, não para reabilitar a imagem da Casa, como quer, por exemplo, o PSOL”. O PSTU pretende se colocar à esquerda do PSOL, com a bandeira de *Fim do Senado*. Para isso, faz uma distinção entre o Senado e a Câmara dos Deputados. Ambos “não representam os interesses dos trabalhadores”, mas o Senado é “ainda mais reacionário”.

No Opinião Socialista nº 384, criticando o PSOL, diz: “Não é possível reformar as instituições dessa democracia burguesa intrinsecamente corrupta. Ainda mais o Senado. Mas o PSTU não está propondo também uma reforma da democracia burguesa? Com a diferenciação entre o Senado e a Câmara, propõe uma reforma no Estado burguês. Eis a formulação: “O PSTU defende o fim do Senado e a existência de apenas uma Câmara legislativa, com mandatos revogáveis a qualquer momento” (Opinião Socialista nº 382). Não há dúvida de que se está advogando uma reforma nas instituições estatais e na democracia burguesa. Não por acaso, há setores da política patronal que também pleitearam o fim do Senado, pelas mesmas razões levantadas pelo PSTU.

No comentário acima sobre a resolução da Conlutas, rejeitamos a caracterização de que a Câmara dos Deputados tenha traços progressistas, rejeitamos a posição de que possa servir aos interesses dos trabalhadores, portanto, em detrimento dos interesses da burguesia. O PSTU atribuiu ao Parlamento brasileiro uma característica inexistente. Caso fossem encontrados traços de progressividade na Câmara de Deputados, haveria possibilidade da classe operária arrancar conquistas por meio da democracia burguesa. O que quer dizer que as massas

poderiam eleger deputados de esquerda ou revolucionários que transformariam suas reivindicações em conquistas legítimas. Não há como fugir de tais conclusões perante a formulação do PSTU de extinguir o Senado para constituir a Câmara Única. O apêndice “com mandatos revogáveis a qualquer momento” enfeita a posição reformista.

Não é surpreendente que a política pequeno-burguesa radical do PSTU chegue à defesa da democracia burguesa sobre novas bases. Quem iria fechar o Senado e implantar o sistema unicameral? Os formuladores da posição não tem a necessidade de fazer tal indagação. Com a abstração das relações de classe, pode-se obscurecer a estratégia política.

Nossa resposta: somente a burguesia faria tal mudança, por meio de seus partidos. Logo se vê o absurdo da resposta do PSTU à crise que se abate sobre o Senado. A burguesia é uma classe decadente que já não pode transformar e potencializar progressivamente sua democracia. A sua decadência é o reflexo

do esgotamento histórico do capitalismo mundial e nacional.

O fato dos morenistas (revisionistas do trotskismo) não analisarem o desenvolvimento histórico da democracia no Brasil e não demonstrarem que a podridão no seio do Estado é uma expressão da decomposição da burguesia os levam a se arrastarem por trás dos efeitos das crises do regime político.

É surpreendente a superficialidade do artigo “Sarney é a Cara do Senado”, boa parte uma descrição jornalística, que resulta na conclusão estratégica de defender o sistema unicameral como solução para a crise e um passo progressivo para os interesses dos explorados. Entendemos assim por que o PSTU rejeita a bandeira dos Tribunais Populares e a estratégia conseqüente de luta pela destruição do Estado e de sua democracia.

A Conlutas, ao lançar a bandeira de *Fora Sarney, fim do Senado e por uma Câmara Única*, está servindo de caixa de ressonância e de linha auxiliar para a política de reforma do Estado.

Defender o jornal O Estado de São Paulo?

No artigo, “Sarney não é punido, quem protesta é preso”, o Opinião Socialista faz a denúncia da repressão sofrida pelos manifestantes que ocuparam as galerias do Senado exigindo “Fora Sarney”. Aponta o fato de um servidor do Banco Central ter sido preso ao gritar “ladrão” quando Sarney passava pelo corredor do Senado. E acrescenta: “Isso para não citar o caso do jornal O Estado de São Paulo, censurado por um juiz ligado a Sarney”.

O artigo não apenas descreve o fato de um juiz aceitar a liminar de Sarney, proibindo o Jornal Estado de São Paulo de divulgar as gravações feitas pela Polícia Federal, como o coloca no mesmo plano da repressão sofrida pelos manifestantes. Por isso, começa a denúncia com a frase “Isso para não citar o caso do jornal O Estado de São Paulo”. É preciso que se diga que este jornal expressa posições de setores da burguesia e apoia a oposição do PSDB e DEM. Suas posições jornalísticas fazem parte da disputa interburguesa. Acoberta o essencial da corrupção e a usa como instrumento para fortalecer a política da classe capitalista. O movimento operário, o movimento dos sem-terra e o movimento grevista conhecem muito bem o porrete do jornal O Estado de São Paulo.

O POR rechaça a defesa feita pelo Opinião Socialista a este veículo de mentiras e opressão social.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
www.pormassas.org

Jornada de Luta de São Paulo

Burocracia sindical se prepara para as eleições presidenciais de 2010

A manifestação do dia 14 de agosto reuniu as Centrais. Todas compareceram com o mesmo enfeite: enormes balões. Diferenciavam apenas nas cores. As bandeiras, os bumbos e as máscaras substituíam as faixas de protestos. A unidade das Centrais se deu em torno de três reivindicações - redução da jornada, fim do fator previdenciário e reforma agrária - e do método da “pressão parlamentar”. O PSTU e boa parte da Conlutas vieram com as máscaras, simbolizando a gripe suína, com os dizeres “Fora Sarney”. Durante o percurso da passeata, seus militantes exaltavam a consigna de “Fora Sarney e fim do Senado”. Assim, compuseram o teatro da burocracia cutista e forcionista.

A CUT não fez nenhum esforço para levar seus maiores sindicatos, entre eles metalúrgicos, bancários e professores. Estava com número pequeno de dirigentes sindicais. A Força Sindical, com seu tradicional uniforme laranja, também não se empenhou. O PCdoB, por meio da CTB, repetiu os passos da CUT. As demais Centrais somente marcaram a presença. Tratou-se de um ato distraidista e pequeno diante do gigantesco aparato das Centrais.

O MST se fez presente, depois de uma semana de marcha até a capital. Levantou a bandeira do cumprimento das promessas feitas por Lula ao movimento, entre elas a reforma agrária.

Longe de ser uma mobilização de luta pelas reivindicações dos explorados, o ato unificado foi de apoio ao governo Lula e de crítica demagógica a Serra. Evidenciou uma aliança para as eleições presidenciais de 2010 e serviu para a burocracia sindical firmar um acordo em torno da marcha à Brasília, prevista para outubro. A Conlutas, que não apóia o governo, se diluiu na festividade pró-Lula.

A manifestação culminou com o ato no Masp, reunindo a cúpula dirigente. Representando a direitista Força Sindical, tomou a palavra o corrupto Paulinho, que usou a tribuna para dizer que a crise está passando, que é hora de “continuar” defendendo os direitos trabalhistas e aumentar a “pressão sobre o Congresso Nacional, mesmo que não se concorde com ele”. Depois de quebrar os direitos e assinar centenas de acordos de demissão e redução salarial, o bandido da Força deixou seu recado: “não podemos atacar o governo Lula, não podemos fazer coro com Serra”. Aí estava o compromisso para a eleição presidencial de 2010.

O presidente da CUT, Arthur Henrique, bateu na mesma tecla dizendo que é preciso saber que são nossos adversários e quem são os inimigos. O objetivo era evitar as críticas ao governo Lula. Enfatizou a marcha de 100 mil a Brasília e a exigência para que se aprove a redução da jornada para 40 horas, piso nacional da educação, a reforma agrária e as resoluções 151 e 158 da OIT.

A CTB, estalinista, não colocou subterfúgios para apoiar o candidato do PT nas eleições. Afirmou que na eleição há dois lados: o neoliberal e o que defende o desenvolvimento. Conclui que os trabalhadores têm de estar com aquele que se coloca por desenvolver o país. Assim, o PCdoB fez apologia do governo e do capitalismo.

A Conlutas, PSTU, disse no palanque que o governo Lula “tem lado” e este é o de apoiar os empresários, as multinacionais e os

banqueiros. Criticou as medidas anticrise de Lula e a corrupção que tomou conta do Senado. Levantou a bandeira de “Fora Sarney, fim do Senado e por uma Câmara legislativa única”, com o argumento de que o Senado não “merece respeito do povo”. Por fim, denunciou o golpe de Honduras.

As demais Centrais repetiram os falatórios da CUT ou da Força Sindical.

O MST foi representado por um de seus dirigentes, João Paulo. Iniciou relatando a morte de Maria Cícera e a luta da companheira sem-terra, que foi atropelada durante a marcha a capital. Referiu-se ao objetivo das marchas que ocorreram por todo o país, que é o de pressionar o governo Lula para apressar os assentamentos prometidos. Concluiu dizendo que está em “debate uma alternativa para o Brasil”. Isso para mostrar o compromisso do MST com a candidatura lulista.

O deputado Ivan Valente, PSOL, exortou a auditoria da dívida pública por meio da CPI e que as Centrais pressionassem o PT para que recuasse da posição de socorrer o grande capital. Encerrou com o “Fora Sarney em nome da democracia”. A Intersindical, braço do PSOL, apoiou-se nas consignas que unificavam as Centrais (fim do fator previdenciário, redução da jornada, reforma agrária).

O PSTU, José Maria, reforçou o conteúdo da sua bandeira de “Fora Sarney, fim do Senado e Câmara Única”. No seu panfleto, conclamou a constituição de uma “Frente Classista e Socialista para as eleições”, como uma “alternativa verdadeiramente dos trabalhadores”. Diz: “O PSTU chama o PSOL e o PCB... a preparar uma frente eleitoral classista e socialista para as eleições de 2010”. Apresenta três elementos para a Frente: a) “um programa socialista e dos trabalhadores para enfrentar a crise econômica; b) não ter nenhum partido da burguesia e nem aceitar financiamento de grandes empresas; c) expressar as pré-candidaturas mais expressivas dos partidos – Heloisa Helena, PSOL a presidente e Zé Maria, do PSTU, como vice.

Ao utilizar a manifestação para lançar o chamado de uma frente eleitoral e a bandeira de “Fora Sarney e fim do Senado”, o PSTU reforçou sua diluição e a da Conlutas no ato da burocracia. Não pôde atacar o eleitoralismo da CUT, CTB e da Força. Não pôde mostrar que essas Centrais são responsáveis pela estatização do sindicalismo no Brasil. Não pôde denunciar seus compromissos com a aliança governamental, que tem o PMDB por coluna vertebral e o PDT, que comanda a Força Sindical, por linha auxiliar. E não pôde rechaçar o apoio do PT a Sarney, limitando-se a uma tímida crítica a tal conduta. O centrismo se mostrou incapaz de defender a independência de classe do proletariado e suas reivindicações.

O Partido Operário Revolucionário interveio na manifestação contrariando as posições dos burocratas sindicais. Em seu Manifesto exigiu emprego, salário e direitos que foram arrancados, criticou as bandeiras pró-patronais das Centrais e a solução reformista do PSTU/Conlutas para a crise do Senado. Frente à bandalheira do Senado, defendeu a constituição de um Tribunal Popular.

Manifesto do POR ao Ato de 14/08/09:

Para defender de fato o emprego e salário, é preciso a luta independente dos explorados contra os exploradores e seus governos:

Nenhum trabalhador desempregado! Pela escala móvel das horas de trabalho!

Nenhuma família trabalhadora com fome! Salário Mínimo Vital calculado pelas assembleias de base!

A jornada unificada convocada pelas centrais sindicais para o dia 14/08/09 tem como bandeira: “Pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário – Em defesa dos direitos Sociais – Não às demissões!” O objetivo é pressionar para que se aprovem as 40 horas semanais e uma legislação que limite as demissões. Certamente, não faltarão vozes de dirigentes sindicais pedindo a redução da taxa de juros, que beneficiaria uma parte dos capitalistas em seus negócios. Uma pequena minoria oposicionista a Lula ainda gritará pelo “Fora Sarney – por uma Câmara única” (fim do Senado).

A crise afeta diferentemente capitalistas e trabalhadores

As direções das centrais sindicais, na grande maioria comprometidas em apoiar o governo Lula, têm feito coro em afirmar que o pior da crise capitalista já passou. Apóiam-se em pequenos crescimentos da economia nos últimos meses, que estão longe de repor todas as perdas do final de 2008. E são coniventes com as demissões, que continuam corroendo os empregos (redução de 5,1% do nível de emprego no primeiro semestre de 2009). Em resumo: para os capitalistas, ajudados pelo governo com isenção de impostos, a crise se amenizou; mas para os trabalhadores, a crise continua atacando sua fonte de sobrevivência: o emprego. E as direções sindicais pedem uma redução de jornada que não resolverá o desemprego, e imploram pelos “direitos sociais”, sem estabelecer um objetivo para lutar por ele.

A verdade é que, por cima, o governo Lula ajudou os capitalistas a enfrentarem a crise com cortes de impostos e com crédito; por baixo, os dirigentes sindicais ajudaram os capitalistas com acordos de demissões e redução de jornada e salários. Ninguém ajudou os trabalhadores a enfrentarem desemprego e



redução de salários e direitos.

Bandeiras patronais só servem aos patrões

A maioria das direções sindicais se colocou pela bandeira da redução dos juros para ajudar os capitalistas. Dizem que o crescimento da economia é a forma de enfrentar as demissões. Falso! Com recessão ou crescimento, os capitalistas demitem para aumentar seus lucros, aumentando a exploração da força de trabalho. A bandeira da redução dos juros não interessa aos trabalhadores, somente a uma parte dos capitalistas. O que interessa aos trabalhadores é o emprego e o salário, que têm de ser arrancados dos patrões através da luta, da mobilização independente dos trabalhadores. A bandeira da redução dos juros é uma bandeira capitalista, não deve ser empunhada pelos trabalhadores porque leva à submissão às disputas entre os bandos dos exploradores.

A bandeira de “Fora Sarney, pela Câmara única!”, empunhada pela Conlutas, também não serve aos trabalhadores. A disputa que ocorre no Senado é entre as quadrilhas da burguesia corrupta: todos os partidos estão envolvidos nos escândalos. Não cabe aos trabalhadores apoiarem um bando contra outro, nem nos cabe dizer como é melhor que funcione o parlamento dos exploradores.

Não há solução para a podridão do Estado burguês e sua respectiva democracia. A classe operária e demais explorados se mostram passivos diante da crise política porque estão sob o con-

trole da política burguesa, para a qual contribuem o PT, a CUT, Força Sindical, PCdoB, CTB e o governo do caudilho Lula. Não estão nas ruas contra as bandalheiras dos partidos burgueses porque não vêm se organizando sobre a base de suas reivindicações (emprego, salário, previdência etc.). O período de colaboração de classes aberto pelo governo Lula ainda protege a classe capitalista e seus fascínoras do parlamento. Dentro de suas instituições, os bandos capitalistas resolvem suas diferenças e despejam o preço da crise nas costas das massas.

A vanguarda deve rechaçar a farsa da “câmara única”, tanto quanto a solução do “Fora Sarney”, lembrando que o Fora Renan resultou no Volta Sarney. Há que se dizer que toda saída nos marcos da democracia burguesa mantém o poder da classe capitalista.

A bandeira dos oprimidos é “Abaixo o poder burguês, antinacional e antipopular”, convocar um Tribunal Popular para que sob a direção do proletariado em luta se julguem e punam os crimes da burguesia.

A real defesa do emprego e salário

Os índices da economia burguesa mostram uma melhora relativa nas bolsas de valores e no crescimento econômico. Mas as demissões continuam crescendo. A crise mundial capitalista deve levar o desemprego a atingir 250 milhões de trabalhadores em todo o mundo.

A única forma de se defender o emprego de todos e que não exista nenhuma demissão é através da escala móvel de horas de trabalho. Ou seja, a divisão de todo o trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem nenhuma redução salarial. Isso depende de uma grande luta unificada dos trabalhadores contra os capitalistas e seus governos e instituições. Mas as direções das centrais e sindicatos têm se negado a organizá-la.

A defesa real das condições de vida da família trabalhadora depende de que receba o salário mínimo vital, ou seja, um salário que dê condições dignas de vida. O salário mínimo está muito longe disso, é preciso que os trabalhadores discutam e decidam em assembléias de base o quanto é necessário para suas famílias viverem. Calculamos que esse valor seria de R\$ 3.500,00. Para lutar

por isso, também é necessária a unidade dos explorados numa luta contra os capitalistas e os governos. Novamente, isso não acontece porque as direções das centrais e sindicatos têm se negado a organizá-la.

É preciso exigir a convocação de assembléias de base nos sindicatos, que discutam e deliberem pelas reivindicações e métodos de luta próprios dos tra-

balhadores para enfrentar os capitalistas, seus governos e a crise. Construir as frações de oposição revolucionária para travar o combate às direções burocráticas, governistas e vendidas aos exploradores, recuperando as organizações de massa para as lutas. Construir o partido revolucionário, para encabeçar a luta pela destruição do capitalismo através da revolução proletária.

O POR convocou no Ceará a manifestação do dia 14 com o panfleto:

Responder à crise com um combate organizado contra os patrões e os governos burgueses!

Faz dura crítica ao conteúdo da convocatória assinada pela Força Sindical, CUT, CTB, Intersindical, UNE, MST etc. e conclui:

O dia 14 de agosto sequer foi convocado como dia nacional de paralisação. Isto se explica pelo fato da maioria das direções reformistas (PT-CUT, PC do B-CTB) ou direitistas (PDT-Força Sindical) se colocarem no campo da defesa do governo e dos capitalistas. São estas mesmas burocracias sindicais as responsáveis pela divisão do movimento, hoje fragmentado em várias centrais. A divisão sindical, impulsionada inicialmente pelo PSTU, que cindiu a CUT para criar seu próprio aparelho (Conlutas) seguida pelo PSOL (Intersindical) e PC do B (CTB) ampliaram ainda mais o quadro da divisão sindical. Os trabalhadores precisam repudiar a divisão e defender a unidade organizativa dos trabalhadores em uma ÚNICA CENTRAL, democrática, independente do Estado e partidos burgueses e que esteja sob o controle da política proletária.

O Partido Operário Revolucionário participa da Jornada Nacional de Luta convocando os trabalhadores a defenderem as bandeiras de:

Oposição revolucionária aos governos Lula/PT, Cid Gomes e Luizianne Lins/PT!

Tribunais Populares para julgar e punir todos os crimes da bur-

guesia e suas corruptas quadrilhas no Congresso Nacional (PMDB, PSDB, DEM etc)!

Contra o desemprego, Escala Móvel das Horas de Trabalho! Contra a defasagem salarial, Escala Móvel dos Salários (reajuste automático com a subida de preços)!

Por um Salário Mínimo Vital de R\$ 3.500,00!

Por uma escola única, pública, gratuita, laica e vinculada à produção social! Estatização do ensino privado sob controle dos trabalhadores!

Abaixo a criminalização e a repressão dos governos/burguesia! Pela autodefesa armada dos trabalhadores!

Combater a estatização das centrais! Expulsar as burocracias governistas! Pela unidade organizativa dos trabalhadores! Por uma única central!

Todo apoio às ocupações dos Sem-Terra! Fim do Latifúndio, terra aos camponeses pobres! Pela Revolução Agrária, fruto da revolução proletária!

Pela Construção do Partido Operário Revolucionário!

Pela Frente Única Antiimperialista!

Pela Revolução e Ditadura Proletárias (Governo Operário-camponês)

Os 20 anos do POR:

Ato político comemorativo no Nordeste

Entre os dias 17 e 19 realizou-se em Ceará-Mirim (RN) a atividade comemorativa dos 20 anos do POR. Estiveram presentes simpatizantes e militantes de várias regionais. Em Natal (17/07) realizou-se um ato político com o lançamento do livro "Partido Operário Revolucionário: 20 anos construindo o programa" contendo os principais documentos programáticos do POR em duas décadas de luta pela estruturação de um partido revolucionário. Nos dias seguintes, realizou-se uma escola de quadros onde foram feitas exposições e debates sobre o programa do POR e sua intervenção política durante os governos Collor, Itamar, FHC e Lula. A plenária comemorativa discutiu ainda a estruturação do POR como partido leninista de militantes profissionais e a cisão da TPOR com o PT a partir da adaptação do reformismo às pressões burguesas e do disciplinamento das tendências que não se submetessem a estratégia reformista. Destacou-se o acerto do prognóstico (baseado na lei das revoluções na época impe-

rialista) de que o reformismo petista acabaria prostrado ante a burguesia e o capital financeiro concluindo sua trajetória como um partido pró-imperialista atrelado às oligarquias.

Em seus 20 anos, o POR primou pela elaboração do programa da revolução proletária no Brasil. O resultado encontra-se em inúmeros documentos que atestam o esforço por penetrar na realidade brasileira, compreender as classes, a formação histórica, a caracterização do país, seu lugar na fase imperialista e as tarefas da revolução que será protagonizada pela maioria nacional sob a direção do proletariado. O grande obstáculo a ser enfrentado ainda reside da bárbara crise de direção aberta com o stalinismo. No Nordeste, o POR tem se fortalecido no último período e marchará, firmemente, ao encontro da classe operária e da sua fusão com os explorados.

Viva os 20 anos da construção do partido-programa! Viva o POR e a IV Internacional!

Manifestações pela reforma agrária

A jornada de luta pela reforma agrária e contra a crise econômica mobilizou milhares de camponeses sem-terra por todo o país. O MST reivindica a retomada dos assentamentos, paralisados desde o início da crise econômica, o descontinuação de R\$800 milhões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a revisão do índice de produtividade rural para fins de desapropriação de terras.

Durante a jornada, o MST, gritando “Lula traidor ... Lula a culpa é tua, o povo está na rua... Cadê a reforma agrária que você nos prometeu”, ocupou a entrada do prédio do Ministério da Fazenda para exigir uma reunião com ministros. Saíram do local após a confirmação da reunião. Além dessa ocupação, o MST e a Via Campesina ocuparam as sedes regionais do Ministério da Fazenda em Mato Grosso, Pará e Paraná e a sede do Incra de Pernambuco, Bahia e Ceará. Em Porto Alegre, os manifestantes bloquearam a entrada da Receita. Foram realizados atos em frente aos prédios da Fazenda no Rio de Janeiro, São Paulo, Maceió e Florianópolis. Na marcha à capital paulista, a camponesa Maria Cícera Neves foi morta. Não se trata de uma fatalidade, mas sim da perda de uma das lutadoras do movimento pela terra. O governo Serra impediu com a tropa de choque que a marcha se aproximasse do Palácio dos Bandeirantes. Em Brasília foi montado um acampamento de vigília no estádio Mané Garrincha para esperar as decisões da reunião com o governo.

O que os camponeses podem esperar do governo Lula? Nada. As manifestações não o atingiram. E o que podem esperar dos governadores dos vários estados? Nada. As autoridades consideram que o MST regrediu em sua capacidade de luta e já não tem tanto apoio de parte da classe média urbana. Não é nenhuma novidade os impropérios do jornal O Estado de São Paulo, que pede a criminalização do MST. Na realidade, o movimento dos sem-terra tem capacidade de luta nacional. O problema está na política de sua direção de apoio ao governo Lula e de alianças com forças burguesas em determinadas



regiões do país. O programa de reforma agrária por meio de desapropriação com indenização e assentamentos está esgotado.

O fato da classe operária atravessar um longo refluxo, sob a direção da burocracia sindical petista e governista, dificulta a possibilidade de aliança com os trabalhadores do campo. As terras serão arrancadas do latifúndio e da agroindústria por meio da revolução agrária. Essa tarefa depende da luta por um governo operário e camponês. Sem se avançar no programa da revolução proletária, cada vez ficará mais distante a solução democrática do problema da terra.

O MST, se quiser levar os camponeses à vitória e retirá-los da condição de miseráveis que aguardam um assentamento que não virá, terá de se livrar integralmente de seu programa burguês de reforma agrária e assumir juntamente com o proletariado o programa de expropriação da burguesia e tomada do poder.

O POR trabalha nesse sentido. Defende a reivindicação de reforma agrária dos camponeses, mas tem como programa a nacionalização das terras e a implantação da propriedade coletiva no campo.

10º Concut expõe a estatização dos sindicatos

O 10º Concut reuniu a nata da burocracia. Já não há oposição. As correntes minoritárias de esquerda são petistas. Há um grande acordo em apoiar Lula, o que secundariza as diferenças.

A burocratização e a estatização da CUT atingiram ponto alto. Ocorre que esse fenômeno se deve ao controle dos sindicatos pela casta burocrática, tendo à frente o PT. Somente um movimento de derrocada da burocracia nos sindicatos poderá recuperar a CUT para o proletariado e conquistar a independência política frente ao Estado burguês, seus governos e seus partidos.

A degenerescência burocrática dos sindicatos e da Central expressa a impossibilidade dos sindicatos cumprirem sua função histórica de defender os explorados e terem independência frente ao patronato sob uma direção reformista, nem se fala de uma direitista, como a Força Sindical. A política de colaboração de classe é própria das direções alheias ao programa da revolução proletária, que somente o partido marxista-leninista-trotskista encarna.

A social-democracia, originária na Europa em fins do século XIX, impôs no movimento operário a política de conciliação de classe. O estalinismo, sob a capa do leninismo, assimilou a prática social-democrata. No Brasil, o nacionalismo se ocupou de implantar a colaboração de classe, logo que se esgotou a experiência anarquista, das duas décadas iniciais do século XX. O estalinismo, materializado no PCB, seguiu o nacionalismo, tendo por programa a revolução democrático-burguesa e a tática de aliança com os chamados setores progressistas da classe capitalista.

Essas duas vertentes que controlaram os sindicatos por três décadas, de 1930 a 1964, alimentaram o intervencionismo burguês no movimento operário e criaram a cultura do “peleguismo”. A ditadura implantada em 1964 varreu as direções estalinistas e nacionalistas, colocou interventores nos sindicatos e assim alimentou por outra via os “pelegos”. O fim da ditadura, sob ascenso grevista da classe operária e setores da pequena burguesia, permitiu dismantelar o intervencionismo estatal. Mas a velha estrutura do sindicalismo de colaboração

de classe foi preservada.

Lula e seu contingente de sindicalistas, denominados de “autênticos”, despertaram a ilusão de que nascia um novo sindicalismo, que deixaria para trás o intervencionismo varguista e castelista (medicista, geiselista). A fluência inicial de sindicatos para a CUT e a efervescência política nas regionais de base, com formação de oposições em toda parte, serviram de base para a ilusão de que ocorria uma mudança histórica no movimento operário. Faz parte desse fenômeno o surgimento do PT, que tanto encantou a vanguarda militante e a esquerda dita marxista. Devemos assinalar também a luta camponesa, com a estruturação do MST.

Gradativamente, os sindicatos voltaram ao leito burocrático e à rotina das negociações por cima. As greves foram desativadas. A bandeira de unidade dos movimentos foi baixada. Como erva daninha, os burocratas, os carreiristas e os espertalhões, com apoio da burguesia, se espalharam pelos sindicatos. O PT cumpriu a função de esvaziar a CUT do vigor político e preenchê-la com os clichês burgueses de cidadania, ações afirmativas etc.

O 10º Concut é o retrato de uma CUT pelega, insossa, amarelada e carcomida por vermes. Para revivê-la, será necessário que a classe operária se levante contra a burguesia e expulse os burocratas de suas organizações sindicais. O partido revolucionário terá de estar implantado no seio dos explorados. Não se pode libertar os sindicatos e as centrais divisionistas do controle burocrático-burguês sem o partido dirigente do proletariado.

A esquerda adaptada e acovardada

O manifesto “É hora de reforçar a CUT na luta por empregos, salários e direitos!”, assinado por militantes do “O Trabalho”, critica as cisões da CUT e o divisionismo imperante, para propor “a unidade dos cutistas, seja em eleições sindicais, seja inclusive neste Concut chamado a renovar sua direção.” Que oportunismo! Parte da rejeição ao divisionismo para propor unidade com a burocracia responsável pela estatização da CUT. Essa posição confirma a política parasitária do “O Trabalho” no intestino dos sindicatos e da burocracia da CUT.

No mesmo manifesto diz: “É preciso intervir nos grandes debates nacionais, como a que se abre para as eleições de 2010, com toda independência e autonomia sindical, com uma plataforma dos trabalhadores que contemple nossas reivindicações e propostas para avançar no rumo de um Brasil mais justo e soberano”. É com posições como essa que “O Trabalho” quer que a CUT não seja “mero cabo eleitoral”. Completamente falso. A CUT é um agente do governo burguês de Lula e O Trabalho é seguidista. “Um Brasil mais justo” é água com açúcar do ideário

burguês. “Um Brasil soberano” é cantilena dos reformistas.

A experiência de dois mandatos de Lula foi mais do que suficiente para se ter a prova de que o programa reformista é inviável e de que seja lá qual for o governo terá de administrar os interesses do grande capital.

O manifesto “Virar à Esquerda! Reatar com o Socialismo”, da Esquerda Marxista do PT, utilizou o congresso da CUT para fazer campanha por Serge Goulart, candidato às eleições para presidente nacional do PT. Reconhece que o governo Lula é de coalizão com a burguesia. Sabiamente, alerta que o governo e a maioria da direção do PT “não entendeu o que estava sendo preparado, não entende o que está acontecendo hoje e não sabe o que fazer para sair da crise e dos perigos que ameaçam o partido e a classe trabalhadora”. Certamente, os caciques do PT darão risada dessa tolice. Em nome de Marx e Engels, citados no manifesto, a Esquerda Marxista pretende salvar o PT apodrecido na política burguesa. Acaba defendendo: “um governo do PT apoiado na CUT (a única e verdadeira Central Sindical do Brasil), no MST e nas organizações populares(...)”. A primeira parte da formulação “um governo do PT apoiado na CUT” é cópia da bandeira levantada pelo Causa Operária (PCO) para apoiar Lula nas eleições de 1989. Tal governo não deixaria de ser burguês, por mais apoiado que estivesse nas organizações citadas. A Esquerda Marxista fecha os olhos para a realidade. O governo do PT, encabeçado por Lula, é apoiado pela CUT e pelo MST. Um verdadeiro desastre para o movimento sindical.

O manifesto “Contra o sectarismo e pelo respeito à categoria bancária”, assinado por vários sindicatos, confederação e federação de Minas Gerais, reclama a indicação de nomes para compor a vice-presidência, a diretoria plena da CUT-MG e a secretaria da juventude. A burocracia da Articulação tinha outros nomes que mais atendiam seus interesses. Esse episódio merece ser relatado apenas por expressar a jogatina de nomes para compor a alta cúpula dirigente da burocracia.

O manifesto que se mostrou importante para o movimento operário foi a “Carta dos trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô”. A Justiça cobra dos operários ocupantes dívidas dos patrões que a quebraram. A ação é movida pelo Ministério da Fazenda, portanto pelo governo Lula. Está aí a prova de que não é bom negócio apoiar um governo burguês e militar em um partido cujo nome de trabalhadores deveria envergonhar a esquerda que se diz marxista. Não será com exortações e choramingos que a Flaskô continuará sob o controle dos operários, ocupada há 6 anos. A burocracia da CUT e o PT não moverão um dedo em favor do controle operário da fábrica. A política burguesa lhes impede. Há que se lançar um movimento de frente única das forças que se disponham a organizar a luta revolucionária.

Informe crítico sobre o CONCUT

Não é de hoje que os congressos da CUT se tornaram burocratizados. No entanto, com o ascenso do PT ao governo federal este se colocou como extensão do governo petista, com seus representantes e política. O 10º CONCUT aconteceu neste patamar de estatização. Prova disto foram as inúmeras campanhas

aprovadas no congresso. Acordos foram firmados entre OIT e CUT, a exemplo do Combate ao Trabalho Infantil. Protocolos entre CUT e governo foram assinados, a exemplo da Questão do Meio Ambiente, que prevê a participação direta dos sindicatos na elaboração, aprovação e fiscalização de relatórios e pro-

jetos a este respeito. Um outro fato foi a aprovação da criação da Coordenação Nacional dos cutistas no Campo que tirou como tarefa acompanhar, propor diretrizes e ações para fortalecer a política cutista para o campo, isso se deu, principalmente, por conta da CUT ter perdido a filiação da CONTAG. A cisão ocorrida

no interior da CUT protagonizada pelo PSTU e PSOL contribuiu para que exista uma unidade no pensamento e, portanto, uma força maior da política interna da CUT, dirigida pela corrente majoritária, Articulação Sindical.

O CONCUR reuniu mais de 2.400 delegados em sua maioria composta de dirigentes sindicais, afastados do trabalho e enclausurados nos sindicatos usufruindo as benesses oferecidas pelo aparelho, portanto distantes das reais necessidades das bases. O congresso foi recheado de painéis e palestras. Contou com a presença desde Delúbio até ministro Carlos Minc e culminou com a reeleição do burocrata Artur Henrique. Entre uma e outra atividade ocorriam as falas de representantes de outros países. Todos comungavam do mesmo ideal da linha majoritária. Analisavam a crise como crise do modelo neoliberal e que o Fórum Social Mundial foi um marco na resistência a este modelo. Enalteciam o presidente Lula. As falas, em geral, mostravam que com Lula no poder houve uma contribuição para que na América Latina governos de esquerda ascendessem. Colocavam como estratégia, rumo ao socialismo, um novo modelo de desenvolvimento, um Estado que construa políticas públicas e de desenvolvimento sustentável. Alertavam para a necessidade de garantir a continuidade do governo democrático e popular e de disputa hegemônica.

As correntes de esquerda que atuam no interior do PT colocavam a crise como do sistema capitalista e não do modelo neoliberal. No entanto, mostravam a necessidade do governo estar voltado para a classe trabalhadora. E que Lula, portanto, devia retomar o rumo, como se não fosse um governo burguês e atado ao imperialismo.

O congresso que ocorre num momento de crise, num momento de brutal ataque à classe trabalhadora, não tirou um plano de lutas à altura das tarefas colocadas. Serviu para referendar a política do governo federal e garantir os cabos eleitorais para próxima eleição presidencial. Naquilo que havia consenso aprovava-se. As poucas questões divergentes eram remetidas para discussão e encaminhamento na direção. Isso se deu em todos os pontos, inclusive no plano de luta. O caráter congressual de discu-

tir as propostas e remeter à aprovação foi perdido. Não houve emendas novas com o argumento de que não foi apreciado nos CECUT's. A votação polêmica se deu na emenda que cobrava de Lula a edição de uma Medida Provisória (MP) contra as demissões imotivadas. As teses foram apresentadas e não debatidas. Expuseram suas teses: a Articulação Sindical, a CUT Socialista e Democrática (CSD), Articulação de Esquerda, Esquerda Marxista e O Trabalho. Não expôs a tese a Tendência Marxista (TM).

O texto acordado pelas correntes foi apresentado como a estratégia da CUT. Dividiram-na em dois eixos. O 1º eixo consistia em armar os trabalhadores para enfrentar a crise. Ressaltavam que os responsáveis pela crise são aqueles que implementaram a política neoliberal. E que para tanto está colocado travar uma luta que passa pela disputa com os empresários que querem lucrar com a crise. E, também, por travar uma luta com a mídia que é a fala da direita. Sintetizam que isso se dará pondo em pé uma agenda sindical com as reivindicações construídas historicamente na CUT. O 2º eixo tratava da organização interna da central. Conclamavam a unidade cutista para enfrentar a direita e o esquerdismo e, para tanto, a necessidade de investimento na formação sindical. Insistiam em dizer que o desafio colocado era o de construir uma CUT mais forte, unitária e de organização de luta.

Os textos apresentados como acordados não partiam das reais necessidades dos explorados. Estes foram construídos nos bastidores e não foram conhecidos anteriormente. Eram uma síntese daquilo que havia concordância. Questões que destoavam da linha majoritária não constavam no texto-síntese. Isso fez com que algumas correntes e setores específicos se abstivessem em algumas questões, como na saúde, educação, comunicação, sistema financeiro e utilizassem a tribuna para declarar seu voto.

No caso do texto-síntese aprovado sobre a Educação, o eixo principal não foi em favor das reais necessidades dos trabalhadores em educação e o avanço da luta que se deu em vários estados no primeiro semestre. Ao contrário, o conteúdo aprovado, além de manter as reivindicações conhecidas pelo movimento de não enfrentamento com o governo, avançou

no sentido da colaboração de classes. Dizemos isto porque o objetivo principal foi o de aprovar a participação tanto no CONAE como no CONFITEA. O CONAE, resultado de todas as Conferências Municipais e Estaduais, construído e definido pelos governos com a sociedade civil, terá como tema: "Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação". Ou seja, a defesa da política petista. O CONFITEA, Conferência Internacional de Educação de Adultos, organizado pela UNICEF ditará as orientações para a EJA. Isto é, as diretrizes da educação deixaram nas mãos dos governos, ONGs, empresários e representantes da rede privada que representam a maioria e determinarão a política educacional. Tudo isso com o referendo dos trabalhadores, representados por suas entidades e centrais. Não foi diferente em relação à comunicação, que passou por ampla maioria, o eixo principal de participar da Conferência na qual sentariam com os grandes representantes da comunicação como Rede Globo, Abril, O Estado de São Paulo etc., para deliberarem a estratégia.

Quanto ao texto-síntese que dizia respeito ao setor financeiro, também, foi aprovado construir uma Conferência Nacional a qual exigisse do governo federal o controle sobre os bancos. Conferência esta que construiria um projeto público com envolvimento social determinando regras para os bancos. Agravou-se na questão da Saúde que, além de ter percorrido o mesmo caminho relatado nas questões anteriores, avançou na proposta de alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. A questão é que, em palavras, a CUT se coloca pelo fim da LRF. O argumento da defesa da alteração da lei foi "justificado" pelo fato de o governo, por conta da LRF, avançar na implementação das OSs (Organizações Sociais).

Como tem ocorrido não só na CUT como também nos inúmeros sindicatos burocratizados, o Estatuto criou mais secretarias com o claro objetivo de acomodar algumas correntes. Formou-se uma comissão para adequar o estatuto à legislação vigente. No entanto, não foi apresentado quais eram estas mudanças. Deixaram tudo a cargo de uma "privilegiada" casta burocrática "bater o martelo".

Romper a estatização da CUT Independência frente ao governo Lula

Diferentemente dos congressos de sua origem, com participação de operários e camponeses, com a presença de oposições que disputavam os métodos e o plano de lutas para enfrentar os governos, transformaram-se em apêndices do Estado e do governo Lula. Os delegados são os dirigentes sindicais que comungam a mesma política da direção petista. Servem de público para recepcionar os representantes do governo, que desfilarão nos microfones do congresso. Não há disputa política de teses. Há arranjos para acomodação dos setores nos cargos da Central. O plano de lutas é uma combinação de reivindicações pró-capitalistas com uma suposta defesa de emprego, salário e direitos.

Para os explorados, o fundamental está em como romper a estatização da CUT e dos sindicatos. O sindicalismo no Brasil é partilhado pelos interesses de burocracias. Os milhares de sindicatos e quase uma dezena de Centrais são o resultado das divisões aparelhadas e da aceitação do controle que determinadas direções têm sobre regiões. A exemplo do abandono da CUT no combate por derrotar o domínio da Força Sindical sobre os metalúrgicos de São Paulo. A burocracia que se reconstituiu a partir dos anos 80 se sedimentou em uma casta que divide o sindicalismo em corporações, como se fossem feudos. A classe operária está sob a influência ou da direitista Força Sindical ou dos reformistas da CUT. As demais Centrais seguem uma ou outra. A Conlutas se propõe constituir uma central independente, mas incorre no erro de dividir a CUT e abandonar o campo da luta contra sua estatização. Não por acaso, caíram as máscaras de “neutralidade” e “autonomia”, antes apresentadas como um valor do novo sindicalismo, frente aos partidos. Ocorre que a CUT não passa de um braço sindical do PT. De forma geral, vemos que os sindicatos são conduzidos por partidos que sustentam a ordem capitalista.

O palavreado de “um outro mundo é possível”, “rumo ao socialismo” etc., ditos em dias de festejos da CUT, serve

de isca para disfarçar a política de traição à classe operária. Os sindicatos nas mãos das burocracias ganhou o sentido de empresas de serviços aos associados. Para isso, iludem uma parcela considerável de trabalhadores com os “benefícios” de uma sindicalização. Consciente ou inconscientemente, é fato que há um descrédito por uma grande parcela de assalariados de contribuir e participar da vida sindical.

A estatização dos organismos dos trabalhadores é uma chaga em favor dos capitalistas e dos governantes. Esses organismos foram criados para enfrentar a exploração do trabalho. Por isso, foram considerados como as primeiras escolas de formação política do proletariado. Mas a condição de instrumentos auxiliares da luta pela emancipação da classe operária foi anulada por direções que se curvaram diante do capitalismo em decomposição. A restauração capitalista na ex-URSS e em outros Estados operários foi acompanhada pela crescente influência do sindicalismo pró-imperialista, travestido de “modernização dos sindicatos”, “era da globalização”, “terceira revolução tecnológica” e outros artifícios. O “sindicalismo moderno” chegou aos ouvidos das direções cutistas como parte da ascensão eleitoral do PT e da necessidade de adaptar o sindicalismo das greves (tido como ultrapassado) para o sindicalismo propositivo-parlamentar (dos “novos tempos”). O resultado dessa política é o sindicato encabrestado pelo patronato.

A desagregação do capitalismo se reflete, em última instância, em todas as esferas da sociedade. Os sindicatos não ficaram imunes. Suas direções, por não terem o programa da revolução proletária, foram se adaptando em maior ou menor grau às imposições do capital. Transformaram os sindicatos e Centrais em instrumentos de conciliação de classe, de apoio a governos e de escada para o carreirismo parlamentar. Trata-se de uma trajetória que iniciou muito antes de Lula chegar ao poder do Estado. A colaboração cutista na aplicação da política neoliberal (reforma da previdência,

da educação, arrocho salarial etc.) marcou a anulação dos sindicatos na luta contra a desnacionalização e privatização dos serviços essenciais. A quebra da greve dos petroleiros (1995) pela direção da CUT, início do Plano Real, foi decisiva no combate mais geral contra o Plano de FHC. A colaboração de Vicentinho na reforma da previdência sinalizou o papel que caberia a Central e os sindicatos na destruição de direitos sociais. O sindicato estratégico da CUT – metalúrgicos do ABC – encabeçou os acordos de flexibilização, que vêm impondo enormes perdas de conquistas trabalhistas. Evidencia-se a subserviência da burocracia cutista às multinacionais. Os sindicatos foram sendo estatizados a partir da década de 30, com o varguismo, mas ganhou projeção nas duas décadas de imposição de medidas antinacionais e antipopulares.

Nos momentos em que a crise econômica vem à tona, como esta que estamos vivendo, é que se mostra o quanto a burocracia sindical é agente da burguesia. Nem bem os patrões anunciaram as demissões (dezembro de 2008), as Centrais, por meio de seus sindicatos, iniciaram a campanha junto aos trabalhadores do terror do desemprego. O discurso de que é melhor ganhar menos e segurar o emprego serviu para evitar que o ódio dos trabalhadores se transformasse em revolta contra as demissões. A tática de primeiro espalhar o medo para depois impor os acordos de redução salarial foi a receita da burocracia sindical para proteger os empresários da crise. Por cima das fronteiras nacionais, as multinacionais exigiam proteção para seus negócios; por dentro, Lula criava as medidas “anticrise”; e, por baixo, os sindicatos atuavam para impedir qualquer resistência coletiva dos explorados contra o patronato. Depois de seis meses, retomam o discurso de que a crise já passou, não para preparar a campanha salarial dos metalúrgicos, bancários etc. nesse segundo semestre, mas para dizer o quanto estavam corretos em aceitar os acordos.

Também é nos momentos de crise

que se torna claro o quanto a classe operária e demais oprimidos carecem de direções revolucionárias. A ausência da política do proletariado permite que o imperialismo e a burguesia imponham mais sacrifícios para os explorados e aumentem a opressão nacional sobre os países semicoloniais, como o Brasil. A via da burocracia de anular os sindicatos e a ausência do Partido Revolucionário têm contribuído para alargar o tempo de existência de um sistema econômico que se encontra na sua fase superior e última do desenvolvimento capitalista. Por mais colaboração e submissão que possam ocorrer em nível mundial ou nacional, o capitalismo viverá sobre a base de destruição de forças produtivas. Isso porque a potencialidade alcançada esbarra na grande propriedade privada dos meios de produção, o que resulta em crises de superprodução cada vez mais agudas e constantes. Responder com a política do proletariado requer a luta incansável contra os partidos burgueses, reformistas e suas burocracias sindicais

O movimento operário está debilitado politicamente e materialmente, o que o impede aparecer coletivamente por meio de suas bandeiras e como direção do restante dos explorados. A crise do final de 2008 e as demissões em massa pegaram a classe operária completamente desprevenida e desarmada para a resistência. A política da burocracia consiste justamente em desarmar o proletariado quando esse se coloca pela luta e mantê-lo desarmado quando se encontra adormecido. Os patrões aproveitam essa situação para pisotear direitos, demitir e rebaixar salários, descarregando a crise econômica sobre a maioria trabalhadora. Os burocratas sindicais desempenham um papel-chave para manter a resistência

dos explorados dispersa, desorganizada e, portanto, fragilizada. Construir uma nova direção para o movimento sindical está na relação direta com a intervenção do partido operário no seio do proletariado. O instinto comunista da classe operária só poderá ser convertido em consciência de classe se o programa da revolução social penetrar no meio dos explorados e se o proletariado se tornar dirigente da maioria oprimida.

Os congressos estaduais da CUT e o Concut, lamentavelmente, estão sob a direção de burocratas pró-governo e pró-capitalismo. Ao invés de delegados eleitos diretamente nas assembleias de base, defendendo a linha da independência de classe, nos congressos estão os representantes do governo, Lula e a camarilha de puxa-sacos eleitoralistas. O requinte burguês salta à vista: jantares, bailes e shows musicais. A organização de um congresso marca seu conteúdo. Um congresso festivo só pode ser oposto aos interesses dos trabalhadores. Serve de evento social para a burocracia corrompida.

A Corrente Proletária/POR conclama os trabalhadores a combater com seus métodos a burocracia sindical e a rechaçar a estatização da CUT e dos sindicatos, defendendo a independência frente ao governo Lula e ao Estado. Critica a conduta do PSTU de cindir a CUT e criar a Conlutas, abandonando a tarefa de derrotar a burocracia. Denuncia o aparelhismo do PCdoB, que implicou a cisão com a CUT e a criação da CTB. E chama o proletariado, os camponeses e os explorados em geral a retomar o caminho correto da luta para combater a fome e a miséria. O que exige tomar em suas mãos o programa proletário de defesa da vida dos explorados. É por meio da luta de classes que a burocracia sin-

dical será rechaçada e os sindicatos e a Central recuperados.

Unir a classe operária, os camponeses, a classe média arruinada e a juventude oprimida por meio das reivindicações de defesa do emprego, do salário, das condições de existência e do combate ao capitalismo. Essa é a tarefa colocada. O congresso da CUT não poderá cumprir por ser servil ao governo Lula, à política dos acordos patronais e aos interesses das potências imperialistas. Um congresso que declara apoio ao governo, defensor da oligarquia Sarney e protetor dos capitalistas, não serve para as massas exploradas e famintas. Suas decisões e sua nova direção foram frutos das negociações entre burocratas e governantes. À farsa dos burocratas, os trabalhadores devem responder com o programa revolucionário.

A Corrente Proletária/POR denuncia a divisão do movimento sindical entre várias Centrais burocráticas. Defende a constituição de uma *Única Central*, que seja um estado-maior para unir a maioria oprimida em torno do proletariado, para criar as condições da aliança operária e camponesa e para avançar o combate ao capitalismo decadente e bárbaro. Uma Central que se apóie em sindicatos independentes do Estado e dos partidos da burguesia, que se apóie no movimento vivo da classe operária e demais oprimidos. Uma Central que estabeleça a democracia direta das massas e garanta os direitos de divergência entre as correntes e posições que atuem no seio dos explorados e com eles estejam comprometidas.

Abaixo os congressos burocráticos e festivos!

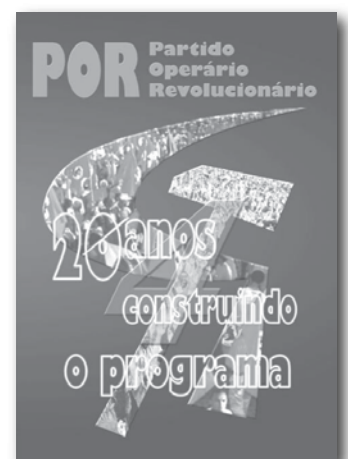
Viva a luta independente e revolucionária da classe operária!

20 anos construindo o programa

O POR lançou o livro *20 Anos Construindo o Programa*, que contém as resoluções dos nossos 10 Congressos e 5 Conferências Nacionais, acrescido de textos como "O Reformismo do PT e a falência das esquerdas", "Estratégia e tática do POR nas eleições" e sobre nossa polêmica ao redor da cisão da CUT e UNE pelo PSTU.

O livro tem 656 páginas e traz o Programa do POR, as Teses sobre Educação, Teses Agrárias, Teses Sindicais, Programa Estudantil, Resoluções organizativas e as resoluções políticas internacionais e nacionais aprovadas.

É um valioso instrumento de luta política, pois permite colocar à prova da história a elaboração político-programática do POR nestes 20 anos. O POR faz questão de divulgar todas as suas colocações, abri-las a uma avaliação crítica e autocrítica, coisa que não encontramos entre as correntes de esquerda, que omitem aspectos fundamentais de sua história política. O livro pode ser adquirido com o distribuidor deste jornal, ou através de pedido pelo nosso site ou Caixa Postal.



Desemprego no Brasil atinge mais de 2,9 milhões de trabalhadores

Burocracia sindical manipula dados para alimentar a ilusão dos trabalhadores no governo Lula. Na prática, reforça a ilusão no capitalismo apodrecido.

A burocracia da CUT, no mês passado, cantou vitória quanto à queda do desemprego. Em artigo intitulado *Desemprego cai na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese / Seade*, destaca a diminuição da taxa de 15,3% em maio para 14,8% em junho, após cinco meses sem redução, o que significa 112.000 pessoas a menos no contingente de desempregados. Destaca ainda que o nível de ocupação apresentou variação positiva pelo terceiro mês seguido (0,4%) com a criação de 75 mil postos de trabalho.

De fato, dados do Dieese, relativos ao mês de junho (coletados em maio), mostram uma pequena recuperação do emprego, com a diminuição de 112.000 desempregados. O problema, que a burocracia finge não existir, é que mesmo com essa “queda” **2.984.000 trabalhadores continuam desempregados**. Neste sentido, não só a queda é ínfima, como a criação de 75.000 postos de trabalho nada significa se tivermos em mente o EMPREGO PARA TODOS e não o emprego para alguns. Além disso, a diminuição do desemprego também se liga ao fato de 38.000 trabalhadores terem saído do mercado de trabalho (não fazem mais parte da população economicamente ativa). Onde estariam esses milhares de trabalhadores? A isso a direção da CUT não dá resposta. Mas todos sabem: desistiram de procurar emprego, porque não os encontram.

O que a direção pelega da CUT também não menciona (esses dados encontram-se no mesmo estudo por ela utilizado) é que, de dezembro de 2008 para junho de 2009, **foram destruídos 594.000 postos de trabalho e criados 207.000**. Para recuperar as perdas, portanto, seria necessária a criação de mais 387.000 vagas. Por outro lado, mesmo que houvesse a recuperação de todos os postos de trabalho destruídos, no período, **ainda faltaria emprego para 2.597.000 trabalhadores**. Assim, não há nada a comemorar. Aliás, o número de postos de trabalho criados em junho é inferior ao de maio (80.000), o que revela uma oscilação no mercado de trabalho, logo, insegurança para aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

A burocracia da CUT ainda faz questão de mencionar que o comércio “liderou na oferta de vagas”. O mesmo faz em relação ao setor de serviços. Não deixa de mencionar os dados negativos da indústria e da construção civil, mas não entra no problema. De acordo com o Dieese, no entanto, no comércio, a pequena recuperação de postos de trabalho, em junho (80.000) e em maio (5.000), não dá conta das perdas do período. Existe um **déficit de 97.000 postos de trabalho**. São 2.763.000 trabalhadores empregados em junho contra 2.860.000 em dezembro de 2008.

No setor de serviços, a recuperação foi melhor: de 184.000 postos de trabalho fechados, no período, foram recuperados 161.000 nos últimos três meses. De um lado, **ainda faltam 23.000 postos de trabalho** e, de outro, mostra como os trabalhadores têm de esperar meses para, quiçá, conseguirem retomar seu emprego. O que é preocupante, já que se trata do

setor que mais concentra trabalhadores: 9.410.000, em junho.

Na construção civil, a pequena recuperação de maio foi seguida por queda em junho: 9.000 postos de trabalho foram destruídos recentemente. De dezembro de 2008 para junho de 2009, houve quedas (985.000 em fevereiro e 1.000.000 em março) e aumento (1.052.000 em maio) do número de ocupados para se retornar a situação inicial. Em dezembro eram 1.043.000 desocupados e em junho também. Ou seja, não há desenvolvimento no setor e os trabalhadores enfrentam a instabilidade, prevalecendo a demora para a reposição de postos de trabalho.

O problema mais grave está na indústria, em que o aumento do desemprego mantém-se **ininterrupto**, de dezembro de 2008 até junho de 2009, totalizando **perda de 280.000 postos de trabalho**. Em junho, o total era de 2.477.000 operários empregados, contra 2.502.000 em maio e 2.860.000 em dezembro de 2008. Ou seja, está se reduzindo o número de empregados.

Fica claro que o mercado de trabalho oscila seguindo o movimento da crise econômica. O problema conjunturalmente pode ter um breve alento em poucos setores, mas não é resolvido: não há recuperação de postos de trabalho na maioria dos setores, sendo que **na indústria a situação se agrava continuamente**. O pleno emprego não existe, porque o desemprego crônico é o fruto da decadência do capitalismo.

Resposta proletária à crise

A burocracia sindical precisa esconder os dados mais graves quanto ao desemprego porque isso implica dar uma resposta que atenda aos trabalhadores e não aos patrões. Ela, entretanto, como correia de transmissão do governo e dos interesses capitalistas, não pode atender aos explorados. Daí dizer que é contra o desemprego em palavras, mas tentar disfarçá-lo na prática. Faz parte desse disfarce a defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas que não resolverá o problema do desemprego atual e nem futuro, porque não toca no controle da produção pela burguesia.

A saída para o desemprego, sobretudo num momento de crise, está no controle operário da produção e na defesa do emprego através da Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas nacionais entre todos os trabalhadores aptos, sem redução de salário). O resto é conversa fiada.

A burocracia da CUT não defende a Escala Móvel das Horas de Trabalho. Nenhuma outra central sindical defende, nem mesmo a Conlutas. O problema é que o proletariado enfrenta uma crise de direção, desde a traição estalinista. O que significa que o programa das direções dos movimentos sociais não é o revolucionário. A superação dessa crise de direção depende da constituição das frações revolucionárias no interior dos sindicatos controlados pelas burocracias. O caminho a ser trilhado por essas frações é justamente o da defesa intransigente do programa proletário diante da crise estrutural e conjuntural do capitalismo: o Programa de Transição da IV Internacional.

Boletim da Corrente Proletária da Educação no Ceará**Balanço da greve dos professores (estado)**

A Corrente Proletária na Educação/POR vem aos professores apresentar sua avaliação da histórica greve dos professores da rede estadual. A greve foi iniciada em 07 de maio e encerrou-se dia 26 de junho. Nos 50 dias de greve os professores enfrentaram a truculência e a intransigente do governador Cid Gomes e seus apoiadores do PT, da direção da CUT, imprensa e Justiça burguesa.

1. Os ataques de Cid e o início da greve.

O Governo Cid/PT/PSDB, desde o início de 2009, manteve medidas de ataque ao magistério estadual. Não pagou a progressão horizontal; iniciou as condições para a avaliação desempenho por meio do Dec. 29624/09; não implantou o miserável Piso Salarial de R\$ 1.132,00; propôs reformular o PCCR com o propósito de retirar direitos e não sinalizou nenhum reajuste. Além disso, prosseguiu o fechamento de escolas de ensino médio, transformando-as em escolas profissionalizantes, deu continuidade à precarização do ISSEC e retirou os 20% extraclasse dos professores do antigo teleensino. As eleições para núcleo gestor foram desfiguradas para que se garantisse a nomeação de interventores de fora da comunidade. Os professores não podiam reagir a isso senão pela greve geral no interior e na capital por tempo indeterminado. A greve teve a adesão rápida e maciça da maioria das escolas e em vários municípios do interior. Os professores exigiam: Piso Salarial, Progressão, Concurso, Reposição de 19,2%; Rechaço à avaliação desempenho etc.

2. Mutilação das assembléias

A greve dos professores dirigida pela TRAIIDORA APEOC (Penha, PT, PC do B etc.) foi marcada pela falta de democracia nas assembléias (a base e as oposições mal podiam falar) onde só os burocratas desta entidade juntamente com o SINDIUTE (Corrente O Trabalho/PT) tinham voz. **A Assembléia funcionava da pior maneira possível**: começava atrasada, com informes longos, feitos de propósito para esgotar o tempo e logo em seguida votar a continuidade da greve e o calendário de atividades da semana. Só depois eram abertas inscrições para a base falar. Enquanto os oradores falavam a assembléia se esvaziava e nenhuma proposta poderia mais ser encaminhada!

Foi dessa forma que as burocracias do SINDIUTE e APEOC controlavam as assembléias. Estas são espaços de suma importância para se avaliar e discutir o movimento, principalmente em época de greve. As burocracias sindicais em nenhum momento procuraram conduzir dessa maneira as assembléias, pelo contrário procuravam se apoiar no atraso de alguns para mutilar esse fórum de discussão e deliberação.

3. O enfrentamento com a justiça burguesa à serviço de Cid e da burguesia

A pedido do governador, a justiça interveio na greve e, sem qualquer base legal, decretou a ilegalidade do movimento em 08 de junho. Estabeleceu multa de **R\$10 mil** para o Sindicato e **R\$ 100** por dia para cada grevista. Não se podia esperar nada diferente! A justiça é de classe, representa os interesses da burguesia e dos governos burgueses contra os trabalhadores. Nenhuma ilusão na justiça corrompida pode ser mantida! Ao governo ela permite tudo: rasgar a fraca lei do piso, fechar creches etc., aos trabalhadores (escravos modernos) nada! O direito de greve, quase inexistente, foi absolutamente destruído. No entanto, os professores mostraram disposição para enfrentar, além do governo, a justiça dos capitalistas. Desafiaram

abertamente o TJC e levaram a greve até dia 26/06. Bravos professores! Esse é o verdadeiro caminho da luta!

4. As falhas do movimento: Por que não conseguimos arrancar nossas reivindicações?

A greve é um importante instrumento de luta dos trabalhadores. É parte do método da ação direta, único meio conseqüente para o enfrentamento com os governos e patrões. Mas a vitória de uma greve, porém, depende muito de sua direção. Há categorias com bastante peso econômico na sociedade, (motoristas, petroleiros, operários fabris etc) onde a simples paralisação implica em grande impacto para os capitalistas. Esse não é o caso dos professores. Por isso não bastava apenas parar escolas. *Era preciso a radicalização na luta com ocupações de prédios públicos, bloqueio de grandes avenidas e cruzamentos por horas etc.* As direções do movimento, no entanto, fizeram de tudo para que o movimento não saísse da condição de passividade com atividades repetitivas, cansativas e nenhuma radicalização. A Greve se prolongou demais, começou a perder força e isso permitiu que o Governo Cid matasse a greve pelo cansaço!

5. Traição da Apeoc e inconseqüência do Sindiute

A APEOC que havia traído a greve em 2008, voltou a repetir o feito em 2009. Desde o começo recusou, o quanto pode, a infra-estrutura necessária para garantir a vitória da greve, como: vale combustível, carro de som, nota paga na TV etc. Muitas deliberações, discutidas e aprovadas nos zonais, ou mesmo na assembléia, não foram encaminhadas pelo comando de greve, dirigido pela APEOC. A greve de maio foi deliberada contra a vontade desta direção pelega que, com justa razão, merece todo o ódio e desprezo da categoria. *Quando foi decretada a ilegalidade da greve a presidenta da Apeoc (Penha), em cumplicidade com os demais diretores, correu à imprensa para anunciar o fim da greve.* Sequer compareceu na assembléia seguinte; orientou descaradamente a volta de todos para a sala de aula. Além disso, passou a aterrorizar os professores aproveitando-se da multa de R\$ 100,00, definida pela justiça, e reproduzindo o discurso do governo de que haveria demissão dos grevistas.

Com o SINDIUTE foi apenas um pouco diferente. Este atuou nas assembléias, junto à APEOC, para torná-la antidemocrática. Depois da traição da APEOC recusou-se a assumir a greve do estado (apesar de ter todas as garantias jurídicas para isso) deixando a categoria sem representação formal. *O motivo? Não queria correr o risco de pagar a multa de 10 mil por dia. Os professores podiam arriscar o pescoço na multa de R\$ 100/dia, mas o SINDIUTE não!* Nas Assembléias que se seguiram defendeu inúmeras vezes que a TRAIIDORA APEOC, inimiga declarada da greve, voltasse a dirigir o movimento, quando esta há muito trabalhava a todo vapor para destruir a paralisação. Toda essa política de servilismo à APEOC só serviu para enfraquecer ainda mais a luta. Aí está a conduta de uma direção que não representa os professores!

6. Conlutas se recusa fazer unidade para derrotar burocracias sindicais

A CONLUTAS influencia um importante setor dos professores

que se reivindica oposição ao SINDIUTE e APEOC. Durante a greve, frente às manobras de ambos os sindicatos e a necessidade de enfrentar as burocracias sindicais, teve uma posição sectária e aparelhista. Ignorava o chamado de outros setores da oposição, como a **Corrente Proletária**, para unificar a luta contra a APEOC, permitindo assim que esta conduzisse a luta para a derrota. Neste momento, recusa-se novamente a fazer unidade ampla com todos os que se colocam na oposição classista à atual direção do SINDIUTE, para as eleições em

Serra avança na centralização burocrática do ensino

Há muito tempo, a Corrente Proletária na Educação denuncia que os governos, diante do fracasso do ensino, decorrente da decomposição do capitalismo, têm respondido com a mercantilização do ensino e com a centralização burocrática. Transformam a educação em mercadoria, permitindo toda a sorte de lucratividade e participação dos empresários e ampliam e aperfeiçoam os mecanismos de controle dos trabalhadores em educação, já que eles são tidos como os culpados por tal fracasso. Daí ter de reduzir seus direitos, para que deixem de faltar, tirar licenças, controlar seu trabalho em sala de aula etc.

No estado de São Paulo, a centralização burocrática tem se materializado na avaliação de desempenho aplicada para os professores efetivos novos (em estágio probatório), na bonificação por resultados, na redução das faltas médicas abonadas, no exame de admissão anual de temporários (provinha dos OFAs), dentre outras. Agora, Serra avança nessa centralização, ao lançar o **Programa Valorização pelo Mérito**, através do Projeto de Lei Complementar (PLC) 29, publicado em 06/08/09. De acordo com o governo, trata-se da segunda etapa do *Programa + Qualidade na Escola* (lançado em maio), sendo que a primeira etapa consistiu na criação da Escola de Formação de Professores, na mudança da forma de ingresso (provinha, sob o nome de “processo seletivo simplificado”), na criação de duas novas jornadas, enfim, em todas as medidas estabelecidas pelos PLCs 19 e 20 que se transformaram em lei. Com a primeira etapa, o governo ampliou seu ataque aos OFAs, pois ao final do ano teremos, no mínimo, 20 mil demitidos. Com a segunda etapa, vai além: ataca todos, o que inclui os efetivos.

Nova forma de evolução

O *Programa Valorização pelo Mérito* altera o Plano de Carreira. Acrescenta aos atuais 5 níveis, 5 faixas salariais. De uma faixa para a outra os docentes vão obtendo os seguintes reajustes:

- promoção da Faixa 1 para a 2 = reajuste de 25% do salário base;
- promoção da Faixa 2 para a 3 = reajuste de 50% do salário base;
- promoção da Faixa 3 para a 4 = reajuste de 75% do salário base;
- promoção da Faixa 4 para a 5 = reajuste de 100% do salário base.

Como se vê, o máximo de reajuste que se pode chegar é 100% do salário atual, se o professor passar de uma faixa para outra. Ou, como calcula a APEOESP, se considerarmos o salário reajustado de uma faixa para outra, os reajustes seriam de 25% (da faixa 1 para a 2); de 20% (da faixa 2 para a 3%); de 16,67% (da faixa 3 para a 4) e de 14,28% (da faixa 4 para a 5).

Para se chegar ao valor máximo que prevê a tabela, os docentes teriam de chegar a faixa 5 e também ao nível 5 da evolução funcional atual. Esta última, entretanto, tanto pela via-acadêmica como pela via não-acadêmica é difícil de ser alcançada, já que exige títulos de mestre ou doutor e uma série de cursos. De forma geral, boa parcela dos professores chega ao final da carreira no nível 1. Mesmo conseguindo alcançar o maior nível e faixa, o máximo de reajuste que teria seria de 143,10% e não de 240% como anunciou o governo.

Salários a serem obtidos

agosto. Pretende lançar chapa própria já que tem por objetivo tentar transformar o sindicato em um aparelho do PSTU.

7. Nossa Conclusão:

É necessário construir uma oposição unificada, combativa e de luta p/ derrotar as burocracias sindicais e unificar os dois sindicatos (APEOC e SINDIUTE) em um único! Construir a Corrente Proletária na Educação/POR!

Considerando o salário base do Professor de Educação Básica I, que agora passa a ser Classe Docente Estrutura I, para uma jornada de 40 horas, o menor valor (nível I, faixa 1) é de R\$ 1.309,17 e o maior (nível V, faixa 5) é de R\$ 3.182,62. No caso de Professor de Educação Básica II (Estrutura II), o menor valor é de R\$ 1.515,53 e o máximo é de R\$ 3.684,28. Mesmo que fossem consideradas as gratificações esses salários não chegam aos R\$ 7 mil, tão alardeados pelo governo.

Exame de promoção e análise da vida funcional

Para conseguir o aumento salarial, o professor terá de realizar o *Exame de Promoção de Professores* (avaliação teórica e prática). A cada exame, a nota exigida será maior, indo de 6 a 9, dificultando atingir o salário máximo. Para o governo, o exame estimulará o “constante aperfeiçoamento dos atuais integrantes do magistério”.

Além disso, haverá uma análise da vida funcional, que considerará a assiduidade e o tempo de permanência na mesma escola em anos anteriores. Ou seja, o professor terá de permanecer na mesma unidade escolar 80% do tempo que será usado para análise (cerca de 3 anos). Quanto à assiduidade, o governo prepara uma tabela (será publicada por Decreto), mas já se sabe que o professor deverá cumprir, no mínimo, 80% do ano letivo e haverá pontos especiais para o não uso de abonos. Segundo o governo, a “vinculação da assiduidade à evolução da carreira fará diminuir o absenteísmo nas escolas, melhorando o resultado do aprendizado”.

Interstícios

Para passar de uma faixa para outra deverá haver um intervalo (interstício) “de no mínimo três anos”. Mas, para sair da faixa 1 é preciso passar de 4 anos de efetivo exercício. O professor OFA, considerado “estável”, terá esse exercício contado a partir da provinha a ser realizada no início do próximo ano. Assim, o professor levará, segundo o governo, no mínimo 12 anos para chegar a última faixa. O interstício de 3 anos é interrompido caso haja uma licença saúde de mais de 6 meses.

Número máximo de promovidos

Todo ano haverá o Exame de Promoção, porém somente 20% dos professores, dos diretores e dos supervisores poderão ser “beneficiados” a cada exame. Segundo o governo essa “limitação decorre da necessidade de tornar o programa sustentável do ponto de vista orçamentário”.

Considerando os dados de maio, há na rede estadual: 29.480 PEB I, 94.095 PEB II, 4.331 diretores de escola e 1.308 supervisores. Só para que todos passem da faixa 1 para a 2, seriam necessários 15 anos.

Classificação

Como em cada exame, isto é, a cada ano, o governo só pretende conceder reajuste a 20% dos profissionais de educação, haverá uma classificação dos considerados aptos. Primeiro, se considerará a maior pontuação na avaliação, depois o maior tempo de casa e depois a

maior pontuação na frequência.

Burocracia não tem como responder ao ataque do governo

A diretoria burocrática da APEOESP lançou alguns documentos com pretensas críticas ao PLC 29 de Serra. Lamenta que “não houve diálogo” com as entidades do magistério, que o projeto exclui 80% dos professores da promoção de cada faixa para a próxima etc. Para concluir que quer debater o projeto de lei em questão. Foi justamente essa postura que a burocracia teve quando da elaboração da Lei Complementar 836/1997, que instituiu o atual plano de carreira. Na ocasião, a burocracia defendia a necessidade de participar da discussão com o governo para minimizar os danos. Resultado: atualmente nossa evolução funcional implica só em 5% de aumento de um nível para outro; 20% do salário inicial para o último, o qual, como já mencionamos, dificilmente é conseguido pelos professores.

Além disso, os pelegos do sindicato reclamam que o governo altera o plano de carreira sem incorporar algumas gratificações e reajustar o salário em 27,5%. Dizem que esse reajuste recuperaria o poder de compra de 1998. O problema é que a diretoria esquece que, de acordo com seus próprios cálculos, há perdas históricas de mais de 250%. Isso só para dar um exemplo de como os pelegos desconsideram as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, como o combate ao arrocho salarial e a instituição de um salário que de fato atenda às necessidades de um trabalhador e sua família.

A burocracia sindical não tem como dar uma resposta consequente ao governo, porque de travar o combate ao conjunto de medidas do governo Lula. Teria de admitir que o governo Lula também recorre a este dispositivo para jogar o problema do ensino para os docentes, como demonstra o PDE que, entre outras medidas, estabelece a avaliação de desempenho.

Eleições para ADUERN – Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Construir uma chapa independente do governo e reitoria burgueses

No dia 26 de agosto haverá as eleições para a nova diretoria da Aduern. Esta eleição ocorrerá em um contexto de corte de 45% do orçamento da UERN, crise social (recessão) e grande estatização do nosso sindicato.

A direção atual (PT/PCdoB/“independentes”) caracterizou-se como defensora da Reitoria (PSB) e do governo oligárquico de Vilma (PSB/PMDB/PCdoB). Calou-se diante do ataque da governadora à universidade pública e não realizou a campanha salarial de 2009. Para a não realização da campanha salarial, a direção defende-se com o acordo firmado com o governo que vai até 2010. É como se na UERN não tivesse mais nenhum problema a resolver e a situação salarial fosse suficiente. E as salas itinerantes? A UERN, Campus Central, está aborrotada de gente sem, no entanto, sua estrutura acompanhar o crescimento. E a revoada de doutores? A falta de investimento em pesquisa? O governo tem a Fapern que não utiliza para financiar pesquisas na UERN. A direção atual caracterizou-se como governista e assim amordaçou o movimento sindical docente.

Como não bastasse, a direção atual foi aliada da reitoria Milton Marques (PSB). Durante sua gestão sindical, não fez nenhuma crítica a reitoria. Nos escândalos da DE não se pronunciou. Nas eleições para reitor só não estiveram declaradamente junto com o candidato do PSB por mera picuinha. Mas a votação para vice-reitor e reitor demonstra que muitos deles abandonaram o candidato do “pátio sindical” para votar no PSB. A direção na verdade é aliada da Administração. Os “novos tempos”, a “universidade de verdade” que eles queriam é a universidade burguesa oligárquica de Milton Marques (PSB).

É a política de conquistar as reivindicações sindicais em acordos de cúpula e pressões “palacianas” que faz com que a Aduern

Por outro lado, admitir a centralização burocrática do Estado em relação aos servidores públicos exigiria defender medidas que se chocam com o poder do Estado, como o controle do ensino por quem trabalha e estuda, a diminuição drástica de alunos por sala, a defesa do emprego por meio da Escala Móvel das Horas de Trabalho, dentre outras.

As reivindicações que defendem os trabalhadores são armas eficazes para se combater a centralização burocrática e ideológica. Mas a diretoria prefere a luta jurídica, que já anunciou que travará, porque o governo não reconhece uma “comissão paritária” prevista na 836/97, para alterações no plano de carreira. O não reconhecimento dessa comissão, na concepção dos burocratas, é um ataque aos “direitos instituídos”.

No primeiro semestre, a burocracia quebrou a luta contra os projetos de lei que instituíam novas jornadas de trabalho e a provinha do OFA. Tentará quebrar novamente, encaminhando a luta para o parlamento. Para combatê-la, não há outra saída senão a unidade dos setores de oposição, materializada na formação de uma fração revolucionária no interior do sindicato. A ação direta deverá ser a resposta a ser dada ao governo, como método de luta. O conteúdo desta luta tem de ser as reivindicações que atendem a todos os professores.

Nenhuma discussão sobre o PLC 29. Rechaçá-lo de imediato e na íntegra.

Reajuste salarial imediato e implantação do salário mínimo vital: que nenhum trabalhador da educação ganhe menos que R\$ 3.500,00. Escala móvel de reajuste (reajuste conforme o aumento do preço dos produtos).

Emprego a todos por meio da escala móvel de horas de trabalho.

Escola pública, gratuita, laica, para todos em todos os níveis e sob o controle de quem trabalha e estuda.

fique paralisada.

É preciso modificar esta situação. Retomar o sindicato para luta. Para isso é necessário formar uma chapa para a direção independente do governo e reitoria. A independência vem com uma política que priorize as assembleias da categoria para a organização da luta coletiva. E baseado nas ações diretas coletivas: manifestações e bloqueios de rua, piquetes, greve etc.

Para discutir a formação desta chapa de oposição, a **Corrente Proletária Universitária/POR** defende:

1. Financiamento total da UERN pelo Estado. A comunidade universitária decide quanto precisa.

2. Pela unidade sindical: filiação a CUT. Chamamento a todas as centrais sindicais para lutar por construir as frações sindicais revolucionárias e expulsar as burocracias das direções dos sindicatos e da CUT (PT).

3. Dedicção Exclusiva (DE) para todos que queiram. A DE como um regime de trabalho e não como uma gratificação ou benefício.

4. Por uma UERN baseada na soberania das assembleias universitárias. Voto igualitário, governo tripartite (professores, funcionários e estudantes) com maioria estudantil. Mandatos revogáveis e controlados pela base.

5. Salário mínimo real. Um salário que possa manter uma família de 4 pessoas. As assembleias de categoria decidem quanto. A Corrente Proletária defende R\$ 3.500,00.

6. Por uma educação vinculada à produção social – união entre ensino e trabalho (teoria e prática).

7. União com os trabalhadores da produção na luta contra o capitalismo. Defesa do socialismo.

Nesta edição:

- Bolívia: O Papel do Partido Revolucionário na Situação Atual
- Bolívia: Plano de assentamentos camponeses em Pando para ganhar eleições
- Uruguai: Fim imediato das perseguições político e policial a Patrícia Soares e Kazi Mohammad
- Colômbia: Avança o militarismo norte-americano na América Latina

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O Poder da Direita está Intacto

No numero 18 de agosto de 2009 do “Le Monde Diplomatique”, edição boliviana, aparece uma longa entrevista com o vice-presidente Garcia Linera, em que ele descobre (deveriam dar o Prêmio Nobel por semelhante descoberta) que “a direita não foi derrotada economicamente”.

Na entrevista, o pedante ideológico do “Capitalismo Andino-Amazônico” descreve cronologicamente os esforços do governo para incluir em seu projeto de governo o “bloco social opositor” e como este se fez de surdo aos apelos pacifistas do governo desenvolvendo uma estratégia de confrontação e desestabilização do governo. A confissão de Linera é muito interessante: que depois de toda confusão no processo de aprovação do projeto de Constituição Política pela Assembleia Constituinte, “fomos procurar Rubens Costa, Leopoldo Fernandes em sua casa, fomos buscar Brando Marincovic e por último, propomos ao pessoal do Jorge Quiroga um processo de destravamento”.

Mas a oposição de direita escolheu o caminho do enfrentamento, que culminou nos acontecimentos de Santa Cruz e finalmente no massacre de camponeses de Pando. Segundo Linera, com estes atos, a oposição de direita marcou um “ponto de bifurcação” sem retorno. “A direita não estava disposta a ser incluída no projeto nacional-popular como força minoritária e dirigida. Optara pela conflagração regional” – disse Linera.

No afã de se constituir de fato num “tipo de poder dual regionalizado”, foram derrotados. “Eles próprios se jogaram desembestados num beco sem saída. Usam a violência contra o Estado, dando a justificativa moral para uma resposta contundente por parte do Estado contra eles, ... além do que ... , se deslegitimam perante sua própria base social.”

A descrição que faz Linera é valiosa, pois demonstra até onde toda a política do MAS, inspirada em uma ideologia reacionária e imperialista do pós-modernismo, busca a complementaridade e a colaboração dos explorados com o poder dos exploradores. O que as oligarquias de mentalidade provinciana da denominada “Meia Lua” acreditam é que o governo é comunista e se lançaram cegamente contra ele buscando tirar do governo o “índio”, o que fez potenciá-lo politicamente, mas nisso não significa que é revolucionário. Pelo contrário, o desgaste político da direita não é consequência de sua cega oposição ao governo do MAS, apesar de sua vontade de governar em paz com a direita, fazem-

do os explorados acreditarem que estão no poder; na realidade Evo é um impostor que se aproveitou da luta dos explorados contra os governos neoliberais vendidos. Isto por causa da debilidade transitória da direção revolucionária proletária.

Por enquanto, a direita está política e eleitoralmente derrotada, mas está muito longe de ter perdido seu poder econômico, que é a propriedade privada sobre os meios de produção, em outras palavras, o poder burguês está intacto. O governo do MAS não é a negação do poder burguês, é seu lacai porque protege e garante a vigência da propriedade privada burguesa e a presença das indústrias multinacionais no manejo e exploração dos recursos naturais. Entre amos e lacaios pode haver diferenças, mas o poder do amo sobre os lacaios se mantém intacto.

Curiosamente, na descrição dos esforços do governo para ganhar a confiança da direita, não menciona para ninguém que conseguiu, por exemplo, a convocatória do Referendo para a aprovação da nova Constituinte, somente depois de haver feito um pacto com a direita sobre o direito irrestrito ao latifúndio. Tampouco disse em que consiste a “sociedade” entre o Estado e as multinacionais que, no setor de mineração, durante o governo do MAS, levaram do país 400 bilhões de dólares, deixando apenas 220 milhões de dólares para o Estado. A isso chamamos de saque.

Aí estão intactos os poderosos, fazendo o que bem entendem, sem que ninguém lhes encoste um dedo por seus crimes sediciosos. É o caso dos mercenários terroristas contratados pelas lojas de Santa Cruz, pelo Governador e pelos civís, cujo processo, pela vontade dos poderosos, passará para a jurisdição de Santa Cruz, que obedece as ordens dos civís racistas e ali morrerá por falta de provas. Que melhor constatação do poder da direita!

Senhor Linera, a direita não foi derrotada porque economicamente está intacta, desfrutando sua propriedade. Não será seu governo, que é defensor do capitalismo, quem derrotará a direita. Você teve o mérito de chamar o objetivo de seu governo pelo verdadeiro nome: “Capitalismo” não importa que o qualifique como “Andino-Amazônico”, em vez de socialismo do “Século XXI” como costuma dizer o ventríloco Chávez da Venezuela e seu fantoche Evo Morales.

(Extraído do Masas boliviano nº 2141, de 21/08/2009)

América para o imperialismo norte-americano

O imperialismo norte-americano há muito tempo se acha no direito de intervir militar e economicamente na América Latina e Caribe. Desde o conhecido *Plano Monroe*, reforçado por Theodore Roosevelt, com o *Corolário Roosevelt*, onde os EUA, potência econômica e militar emergente, conclamaram-se guardiões da “segurança” dos países semicolonias da América Latina contra os velhos “agressores” externos ou recolonizadores.

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1945), inicia-se a fase de confronto entre os blocos capitalista e comunista (estalinista), o período conhecido como Guerra Fria. Esta fase da história intensificou as ações bélicas dos EUA sobre a América Latina, justificada pelo risco do avanço comunista nos países atrasados. Financiou ditaduras, promovendo governos militares fantoches, contribuindo com o assassinato de inúmeras lideranças políticas e sindicais, enviando apoio logístico e militar para “educar” os militares brasileiros nas “boas” práticas de tortura. Tudo isso com o pretexto de salvaguardar a “democracia ocidental” dos novos “agressores” externos.

Com o fim da Guerra Fria, no final da década de 80, a restauração capitalista no Leste Europeu, e a necessidade de fazer avançar o capitalismo em meio à crise econômica que o assolava, avança também nessas regiões o militarismo intervencionista norte-americano em várias regiões do globo, incluindo a América Latina. Agora, a falsa justificativa para fazer avançar suas bases militares recai sobre dois elementos: o primeiro é o de debelar o chamado “terrorismo tradicional”, ou seja, a ação dos grupos guerrilheiros traficantes de drogas, principalmente na Colômbia e o segundo em relação aos chamados “terroristas emergentes”, que são os governos “radicais populistas” como o de Hugo Chavez e Evo Morales. No entanto, o real objetivo do imperialismo é o controle eficaz dos recursos naturais e energéticos, a manutenção do estado de dependência econômica dos países latino-americanos e a preservação da “paz” para as negociações promovidas pelas empresas imperialistas.

Estratégia de controle militar da América Latina

O controle dos mares e das fronteiras latino-americanos está diretamente relacionado à sua importância estratégica para a economia capitalista norte-americana. Pois, por essa região passam: 40% de seu comércio exterior; 50% de suas importações petrolíferas (sendo 34% somente na América Latina) e a possibilidade de controlar seus recursos naturais (petróleo, água, minérios etc.), além do potencial mercado consumidor de 900 milhões de habitantes para fazer escoar suas mercadorias e garantir tranquilidade para os negócios da burguesia norte-americana.

Para tanto, conta com a colaboração dos governos semicoloniais e pró-imperialistas, atrelados aos interesses norte-americanos de ampliação de suas bases militares na América Latina. Isso é reflexo direto do atraso econômico destes países, que não conseguiram se desenvolver plenamente como países capitalistas e suas burguesias, débeis e subservientes, são frouxas para conter o avanço do imperialismo nas fronteiras da nação.

Estes governos apóiam o imperialismo se valendo de acordos comerciais e do financiamento de suas forças armadas ou de sistemas de vigilância territorial. Bilhões de dólares são veiculados para a ampliação de seu efetivo militar, através de projetos bilaterais, que visam a permitir os EUA efetivarem seus objetivos intervencionistas, que são: a instalação de novas bases militares e o reforço das já exis-

tentes; o apoio a mega-projetos energéticos e de infra-estrutura para a exportação de petróleo, água e biodiversidade.

Cerco imperialista sobre a América Latina e Caribe

Nos últimos anos, houve uma intensificação da ofensiva imperialista sobre os recursos estratégicos da América Latina, assinalada com a reativação da **Quarta Frota**, em julho de 2008, e a intensificação de suas bases militares em várias regiões, tendo como avalistas os governos semicoloniais: Manta (Equador); Três Esquinas e Letícia (Colômbia); Iquitos (Peru); Rainha Beatrix (Aruba); Hato (Antilhas Holandesas) e Comapala (El Salvador), somadas às antigas Vieques (Porto Rico); Guantánamo (Cuba) e Soto de Cano (Honduras).

Além destas, em 2003 foi amplamente divulgado o acordo entre o governo brasileiro com os EUA para a utilização da região de Alcântara (Maranhão), terra pertencente às comunidades quilombolas. Isso revelou o grau de subserviência do governo ao aceitar as exigências do imperialismo para uso desta região. Através do acordo, o governo imperialista poderia delimitar áreas restritas, onde só haveria acesso livre para seus oficiais; o governo brasileiro seria proibido de verificar o conteúdo dos materiais recebidos ou enviados e, em caso de acidente, não poderia inspecionar o material recolhido. Além disso, Alcântara seria explorada, prioritariamente, pelo setor privado. Porém, em 2004, este acordo foi freado pela campanha contra a ALCA. Outro acordo, efetivado, foi o de implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que contou com a ajuda financeira de 1,4 milhões de dólares dos EUA e foi realizado integralmente pela empresa norte-americana Raytheon. Esse sistema tem a capacidade de monitorar uma área de 5,5 milhões de km², esse com o aval do governo Lula.

Em todos os pontos estratégicos das fronteiras e mares da América Latina e Caribe há um cerco feroz do imperialismo às suas reservas naturais e energéticas. Além dos já citados, há bases militares do Exército norte-americano na Guiana, Suriname, Panamá, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Como se vê, o imperialismo avança a passos largos na ampliação de suas bases militares e, consequentemente, na opressão dos povos da América Latina e Caribe. Há denúncias sistemáticas do aumento da opressão de classe, com violações de direitos, repressão aos movimentos sociais, deslocamento e a migração de milhões de pessoas, a destruição do meio ambiente e o fim da autodeterminação das nações.

Obama expressa os interesses da burguesia imperialista norte-americana

Com a eleição de Barack Obama, em 2009, teve-se a ilusão de que a estratégia do garrote imperialista iria se dissolver. Na verdade, Obama expressa os interesses da burguesia imperialista de seu país, principal investidora de sua campanha. O que Obama está fazendo agora, ao promover o acordo com a Colômbia em abrir novas bases em seu território, com a permissão do presidente fantoche Álvaro Uribe, nada mais é do que a retribuição dos acordos secretos de campanha. Mantém a tradição dos governos anteriores e fará avançar ainda mais o poderio bélico norte-americano sobre a América Latina e Caribe. Faz parte da estratégia imperialista de ocupação, pelo porrete, desta região como forma de estancar a sangria provocada pela crise econômica que corrói as entranhas do capitalismo norte-americano. Neste sentido, o acordo firmado com a Colômbia será apenas o início

de uma série de acordos de domínio dos recursos energéticos e matérias-primas existentes neste vasto território empobrecido.

Apesar dos protestos, inofensivos, dos governos das semi-colônias como Brasil, Chile, Venezuela, Bolívia fica evidente que estes não têm força alguma para barrar este avanço. São governos fracos, com uma burguesia subserviente e fantoche e, em sua maioria, pró-imperialista. A única força capaz de colocar fim aos desmandos do imperialismo norte-americano é o proletariado.

Colômbia

Unasul, para quê?

Obama ditou um acordo de abertura de bases militares a Uribe. Choveram lamentações, críticas e suposições dos governos latino-americanos. O encontro da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), em 10/8, que empossava o presidente do Equador, Rafael Correa, para coordenar a instituição para o próximo semestre, não tinha na pauta o acordo militar de Obama e Uribe. Foi necessário o presidente Hugo Chávez quebrar o protocolo e pôr a questão sobre a mesa para que os demais representantes de Estado se pronunciassem.

A Colômbia ignorou a solenidade em favor do desafeto equatoriano e não deu a mínima importância às reclamações em torno da instalação de bases norte-americanas. O tema relevante da segurança das nações que compõem a Unasul não mereceu destaque.

O discurso de Evo Morales de que a Unasul deveria “declarar estados de emergência” (jornal O Estado de São Paulo) soou patético. A representante do Chile pediu “diálogo com os Estados Unidos”. Lula solicitou garantias de que os Estados Unidos não farão incursões militares fora da Colômbia. E por aí foi, um festival de palavreado.

A Unasul não serve senão para discursos, diplomacia e mais diplomacia. É uma organização impotente frente ao imperialismo. O encontro decidiu fazer uma nova reunião para tratar do assunto. O que se pode esperar? A declaração final sequer menciona o acordo militar Estados Unidos e Colômbia. Uribe enalteceu o fato de que a Unasul tenha se limitado a um convívio de chefes de Estado e que não tenha tomado nenhuma posição sobre sua política pró-intervencionista dos Estados Unidos.

Bases militares para quê?

O assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos, em visita ao Brasil, explicou que as bases militares na Colômbia têm objetivo de “ações de caráter humanitário” e de “combate ao narcotráfico”. (Folha de São Paulo) A Secretária de Estado, Hillary Clinton, reforçou esse argumento: “Eu pediria a mais países da região que nos ajudassem no combate às drogas, em vez de ficarem apenas assistindo de fora, ou criticando o acordo”. (O Estado de São Paulo). O chanceler colombiano agrega a esses argumentos a “guerra ao terrorismo”, referindo-se à guerrilha das Farc.

Em reunião dos três governos da América do Norte – Estados Unidos, Canadá e México – no comunicado final, “reconhecem que não podem limitar seus esforços no combate ao crime apenas à América do Norte”. Objetiva-se “empenhar-se para uma maior cooperação e coordenação na medida em que trabalhamos para promover a segurança e o desenvolvimento institucional com nossos vizinhos da América Central e Cari-

Resposta proletária ao avanço bélico do imperialismo

Para conter o avanço do imperialismo na América Latina e todo o restante do mundo, cabe ao proletariado se unir em torno da bandeira da revolução social, construindo o Partido Operário Revolucionário independente e reconstruir o Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional. Erguer a bandeira da Frente Revolucionária Anti-imperialista e varrer o imperialismo através da destruição do capitalismo putrefato.

be”. (Folha de São Paulo).

A instalação de sete bases na Colômbia, que abrigarão oitocentos militares, é parte de um plano maior de intervenção dos Estados Unidos, com apoio do México e do Canadá. A justificativa de enfrentar o narcotráfico é fantástica. E a de combater o terrorismo é bárbara. As Farc estão golpeadas pelo Plano Colômbia. As razões são outras. Os Estados Unidos encarnam as tendências bélicas do imperialismo. Os estrategistas ianques prevêm a necessidade de ampliar o domínio no mundo e, particularmente, na América do Sul, Central e Caribe.

Não é nenhum exagero nacionalista a denúncia de que há cobiça das potências sobre a Amazônia e nem é sem sentido a importância estratégica que o petróleo brasileiro (pré-sal) passou a ter para os Estados Unidos. Mas há fatores históricos de maior importância, como a crise mundial do capitalismo e a necessidade de sufocar os movimentos anti-imperialistas e anticapitalistas.

O avanço da restauração capitalista na ex-União Soviética, China etc. e o fim da “Guerra Fria” não permitiram retroceder as tendências bélicas mundiais do capitalismo. A eclosão da crise global em fins do ano passado abriu uma nova etapa de destruição de forças produtivas e de necessidade dos Estados Unidos recuperarem o terreno econômico perdido nas últimas décadas. A “guerra ao narcotráfico”, repetimos, é uma máscara para acobertar o intervencionismo dos Estados Unidos no continente.

O chanceler brasileiro Celso Amorim reivindica que os Estados Unidos e a Colômbia dêem “garantia (jurídica) de que não haverá incursões militares” nos territórios vizinhos. Para Hillary Clinton, o “acordo não diz respeito a outros países da região”. A solicitação de Amorim é uma declaração de impotência do Brasil. Reclama-se das instalações, mas não se opõe a elas. Os militares brasileiros dizem que não vêem nenhum problema de segurança, pois afinal de contas os Estados Unidos monitoram a região por satélites. A resposta imbecil é típica de quem está em posição de serviço.

Não se pode ceder à ofensiva militar do imperialismo, que deu um enorme passo com o Plano Colômbia, ao mesmo tempo em que ressentiu a limitação colocada pelos governos nacionalistas de Chávez, Morales e Correa. A não renovação do acordo da base de Manta, por Correa, tem servido de argumento para Obama ampliar a presença militar na Colômbia. É necessário que a classe operária e a maioria oprimida combatam a expansão do poder bélico do imperialismo na América Latina e no mundo. Está colocada a constituição de uma frente única anti-imperialista para barrar a ofensiva armamentista dos Estados Unidos e expulsá-los da Colômbia.